

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS
ESCOLA DE EDUCAÇÃO
LINGÜÍSTICA APLICADA
MESTRADO EM LETRAS

**A REPRESENTAÇÃO DOS ATORES SOCIAIS
NO DISCURSO POLÍTICO ELEITORAL**

Margareth Cozzensa da Silva

Orientadora: Prof^a Dr^a Susana Bornéo Funck

PELOTAS
2002

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS
ESCOLA DE EDUCAÇÃO
LINGÜÍSTICA APLICADA
MESTRADO EM LETRAS

A REPRESENTAÇÃO DOS ATORES SOCIAIS
NO DISCURSO POLÍTICO ELEITORAL

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Letras da Universidade Católica de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre, sob Orientação da Prof^a Dr^a Susana Bornéo Funck.
Área de Concentração: Texto, Discurso e Relações Sociais

PELOTAS
2002

SUMÁRIO

RESUMO	6
INTRODUÇÃO	7
CAPÍTULO I - Aspectos Teóricos de Referência	11
1. Análise crítica do discurso	11
2. Ideologia e poder	17
3. Atos retóricos	22
4. Discurso, política e discurso político	27
5. O discurso político na ACD	30
CAPÍTULO II - A Representação dos Atores Sociais	32
CAPÍTULO III - Análise	43
1. O discurso de Olívio Dutra	46
1.1 O processo de inclusão	58
1.2 A inclusão e a retórica	63
2. O discurso de Antônio Britto	66
2.1 Processo de identificação dos atores sociais incluídos	69
2.2 Atores incluídos: papel ativo e passivo	72
3. Análise comparativa da representação nos discursos	74
3.1 A representação ativa e passiva	74
3.2 Quanto às demais categorias incluídas	77
CONCLUSÃO	80
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	90
ABSTRACT	94
ANEXOS	95

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Olívio – Incluídos e excluídos	58
QUADRO 2 - Olívio – Inclusão ativa e passiva (Assujeitado / Beneficiado)	61
QUADRO 3 - Olívio – Assujeitamento e beneficiamento ativo	61
QUADRO 4 - Olívio – Encobrimento ativo	61
QUADRO 5 - Britto – Incluído e excluídos	72
QUADRO 6 - Britto – Inclusão: ativa e passiva	73
QUADRO 7 - Britto – Beneficiamento ativo	74

AGRADECIMENTOS

A meu marido, Osvaldo, e aos meus filhos, Gustavo, Bruno e Pedro pelo incentivo e compreensão;

À minha família, pelo carinho e reconhecimento;

À Prof^a Suzana Bornéo Funck, minha orientadora, por todo estímulo e dedicação;

Aos professores do curso de Mestrado em Letras, pelos ensinamentos oportunizados;

E a todas as pessoas que de uma forma ou de outra colaboraram para o êxito deste trabalho

RESUMO

Uma das formas da sociedade democrática se legitimar está na liberdade de escolha de seus cidadãos. Nesse contexto a prática política promove a disputa do voto do eleitor e o discurso proferido em comícios públicos constitui-se num evento relevante para a investigação das técnicas da retórica de persuasão.

Como parte deste processo, a maneira pela qual os atores sociais são apresentados no discurso contribui para se averiguar o funcionamento da ideologia subjacente aos elementos concretos da linguagem.

O presente trabalho investiga os discursos proferidos em comícios de final de campanha eleitoral de Olívio Dutra e Antônio Britto, candidatos ao governo do Estado do Rio Grande do Sul, em 1998.

A partir da análise tridimensional – texto, prática discursiva e prática social – proposta por Norman Fairclough (2001), são examinados aspectos lingüísticos e extra-lingüísticos dos dois textos, especialmente com base nas categorias de representação dos atores sociais apresentadas por Theo van Leeuwen (1997).

O exame dessas categorias de representação nos discursos políticos eleitorais se propõe a sustentar ou não a hipótese de que os discursos políticos se revestem de uma aparência democrática, mas acabam por revelar de forma autoritária a linha ideológica de uma prática discursiva responsável pela obtenção ou manutenção do poder.

INTRODUÇÃO

O sistema democrático baseia-se na soberania popular, caracterizando-se essencialmente pela liberdade do ato eleitoral, pela divisão dos poderes e pelo controle da autoridade na distribuição equitativa do poder. Essencialmente, isso equivale à definição de que uma sociedade democrática é aquela que se adapta aos interesses do povo com o objetivo de se manter justa para todos os seus cidadãos.

A democracia, como posição política, existe nas formações discursivas e se manifesta nas práticas dos movimentos sociais, cujo veículo de intervenção tem sido as lutas de classes. Nesse sentido, uma das tarefas da política democrática é utilizar a língua como discurso/ação das práticas dos partidos que participam do poder hegemônico ou das que o confrontam.

Os discursos políticos, concretizados através da fala pública, se revestem da aparência de uma comunicação frente a frente, na qual as decisões são tomadas mediante a aplicação das regras da evidência e da argumentação, encobrindo em sua estrutura a ânsia pelo poder e o interesse pessoais. Portanto, a observação das manifestações lingüísticas dos discursos de caráter político-partidário evidencia a necessidade de problematizar sua classificação como tacitamente democráticos.

Esse posicionamento crítico em relação ao discurso político voltado à participação de cada cidadão nas decisões e definições de uma política social se torna necessário tanto nos grupos que estão no poder como no discurso de oposição, principalmente no modo como ambos os discursos se utilizam da palavra para persuadir o eleitor a aceitar uma determinada representação das pessoas envolvidas no processo eleitoral, ou seja, candidatos, eleitores e oponentes, que não refletem necessariamente a sua representação na prática social.

O interesse fundamental desse trabalho é demonstrar, através da análise da representação desses atores sociais, como funcionam, numa mesma situação histórica, os discursos políticos eleitorais de dois partidos diferentemente comprometidos: um, Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), com a ideologia da classe governante; o outro, Partido dos Trabalhadores (PT), com bandeiras oposicionistas.

Para tal, procurarei captar de um *corpus* composto de textos políticos dos candidatos do Partido dos Trabalhadores e do Partido do Movimento Democrático Brasileiro à prefeitura de Porto Alegre no ano de 1998, o papel dos atores envolvidos no processo eleitoral, segundo a tipologia da representação dos atores sociais apresentada por Theo van Leeuwen (1997). O foco analítico incidirá sobre uma

variedade de fenômenos lingüísticos e retóricos tendo como elemento centralizador o conceito sociológico de ator social, que nas práticas discursivas podem estar excluídos ou incluídos e, quando incluídos, podem ser representados como agentes ou pacientes, de forma genérica ou específica, num processo de personalização ou impersonalização, associação ou dissociação, determinação, indeterminação ou diferenciação, nomeação ou categorização, entre outras formas de representação .

A análise, que pretende mostrar quais são os principais modos pelos quais os atores sociais podem ser representados no discurso, se sustentará numa rede de sistemas lingüísticos distintos, tanto no nível léxico-gramatical como no nível do discurso, já que esses sistemas estão envolvidos nessa representação. Valho-me também de um trabalho de interpretação da linguagem dentro de um sistema situacional, que neste estudo privilegiará a categoria textual do discurso político, como um discurso persuasivo que se vale de recursos retóricos com o fim último de convencer ou alterar atitudes e comportamentos já estabelecidos.

Para tanto conto com a análise de discurso textualmente orientada proposta por Norman Fairclough (2001) no que se refere à política como luta por poder no discurso respaldado pelas teorias básicas da análise do discurso, mais precisamente com a força da abordagem crítica de Michel Pêcheux (1997).

A análise de Pêcheux aproxima a lingüística textual com uma teoria social do discurso, focalizando os discursos políticos escritos. A teoria social de Pêcheux (1997) parte da observação feita por Louis Althusser (1985) de que a ideologia ocorre também sob formas materiais e funciona pela interpelação das pessoas como sujeitos assujeitados, submissos, mas com a ilusão de serem donos (agentes) do seu dizer. Para Pêcheux, é no funcionamento da linguagem que se identifica a luta

ideológica, ao mesmo tempo em que se constata a existência de materialidade lingüística na ideologia.

No presente trabalho, os discursos políticos escolhidos serão analisados através da proposta de Fairclough em termos das propriedades analíticas dos textos que envolverão aspectos de coesão, transitividade, sentido das palavras e metáforas textuais, abrangendo elementos da prática discursiva como a intertextualidade, a coerência, as pressuposições e os subentendidos. Todos esses aspectos serão aqui trabalhados conforme Fairclough para tentar construir um sentido dos textos que se encaixe numa prática social mais ampla, seguindo seu método de concepção tridimensional do discurso que reúne três dimensões analíticas: o texto, a prática discursiva e a prática social.

No decorrer da análise, valendo-me das duas primeiras dimensões da abordagem de Fairclough – texto e prática discursiva –, cujos processos analíticos serão explicitados mais adiante, identificarei o modo pelo qual os atores sociais se representam. O entrecruzamento do estudo de van Leeuwen a respeito da representação dos atores sociais no discurso com a teoria de Fairclough terá sua conclusão na terceira dimensão da concepção tridimensional – a prática discursiva. Será, pois, através dos efeitos ideológicos e políticos do discurso expressos lingüisticamente na materialidade discursiva que entenderemos a escolha da representação dos atores sociais na prática discursiva e suas implicações.

Esse estudo servirá para sustentar ou não a minha hipótese de que os partidos, mesmo aqueles que se revestem de uma aparência democrática e alegam fazer política de uma forma transparente, acabam por revelar, em uma análise profunda de seu discurso, a mesma forma velada de manipulação, impondo-se pelo autoritarismo, embora dando ao eleitorado uma ilusão de escolha espontânea.

CAPÍTULO I

ASPECTOS TEÓRICOS DE REFERÊNCIA

1. ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO

A análise de discurso, associada a aspectos críticos de natureza social, procura mostrar o discurso como consequência e causa de relações de poder e ideologia, demonstrando a maneira pela qual o discurso constrói e é construído por entidades sociais e por relações e sistemas de conhecimento e crença. Essa abordagem crítica surgiu da insatisfação de alguns lingüistas com o teor meramente descritivo dos estudos da linguagem, baseado na tradição de fornecer dados que confirmassem ou refutassem as teorias da lingüística geral. Partiram da idéia saussuriana do estudo da *langue* como um sistema de signos organizados, valorizando o uso que se faz dela. Para tal, argumentaram ser a *parole* (fala) o uso da linguagem moldado socialmente e não um processo essencialmente individual. Acrescentaram à lingüística um caráter mais socializante, levando em consideração a exterioridade e o contexto sócio-histórico.

Entre as diversas abordagens de análise de discurso salientam-se a lingüística crítica (Fowler *et al.* 1979; Kress e Hodge, 1979) e a abordagem althusseriana muito ligadas às estruturas sociais de reprodução.

A lingüística crítica defende a idéia de que diferentes usos lingüísticos implicam compreensões específicas, sugerindo que as escolhas lingüísticas refletem e expressam ativamente as estruturas sociais que estão na sua origem: “a linguagem serve para confirmar e consolidar as organizações que a moldam” (Fowler *et al.*, apud Fairclough, 2001, 47). Dessa forma, o texto é o objeto de estudo como representação da realidade, enquanto os processos de produção e interpretação textuais ficam restritos a atribuir valores a estruturas particulares do discurso, tal como a análise de orações passivas sem considerar as diferentes interpretações dependendo do contexto em que se encontram.

A limitação da abordagem social desenvolvida pela lingüística crítica é evidente quando a análise não enfatiza padrões e variações na distribuição e na interpretação social do texto. Isso quer dizer que há uma limitação de análise quando não se consideram processos dinâmicos dos sentidos como a posição e situação do intérprete. A análise crítica centralizada na estrutura e reprodução sociais do texto restringe muito a ligação entre linguagem e ideologia, já que a ênfase recai na realização ideológica dos textos e não nos efeitos ideológicos que contribuem para a transformação da sociedade.

A Análise Crítica do Discurso (ACD) fundamenta-se numa abordagem de discurso em que o contexto é a dimensão fundamental e onde o sujeito é visto como agente e paciente da construção dos processos discursivos; embora veja a prática lingüística como fundamental para o entendimento dos processos sociais, vai mais além, buscando no funcionamento do discurso formas de mudança ideológica e de processos de reprodução. Trata-se de tornar evidente, segundo Fairclough (2001), a inserção da linguagem em contextos sociais, a partir de um processo analítico que julga os seres humanos pela socialização e interpreta as subjetividades humanas e

o uso lingüístico como expressão de uma produção realizada em contextos sociais e culturais, orientados por formas ideológicas e desigualdades sociais.

Para Fairclough (*apud* Pedro, 1997), o projeto comum da ACD é definido como a necessidade de "corrigir uma subavaliação muito divulgada da importância da linguagem na produção, manutenção e mudança das relações sociais de poder" e de "aumentar a consciência de como a linguagem contribui para a dominação de umas pessoas por outras" (p. 22), consciência essa que é o primeiro passo para a emancipação. E nesse sentido, discurso é linguagem como prática social.

Segundo Fairclough, o discurso é uma prática, um modo de ação e de representação que constrói o mundo em significado através de três aspectos que se salientam como identidade do sujeito, relações sociais entre as pessoas e relações de sistemas de conhecimento e crença. Esses efeitos construtivos do discurso podem ser entendidos, segundo o autor, através do sentido e do funcionamento da linguagem denominada como funções identitária, relacional e ideacional, que respectivamente nos mostram a representação das identidades sociais no discurso, as relações sociais entre os participantes do discurso e os processos e relações de significado de mundo dos textos. Além disso, o discurso também é uma prática constitutiva à medida que contribui para reproduzir ou transformar a sociedade, o que acontece por meio do discurso como prática política e ideológica, ambas preocupadas com a luta pelo poder.

Baseado nos efeitos construtivos e constitutivos do discurso, Fairclough propõe que se examine o discurso a partir de três dimensões: texto, prática discursiva e prática sócio-cultural (ou prática social), num determinado evento discursivo, localizado num dado tempo. Para essa análise o autor mantém a tradição de análise textual e lingüística, denominada de *descrição*, bem como outras duas

tradições por ele denominadas de *interpretação*, que contempla a relação entre prática social e estruturas sociais juntamente com a análise que considera a prática social como fruto do senso comum. A partir dessa consideração, o texto se apresenta como a materialidade lingüística da realidade capaz de ordenar as relações sociais e estabelecer identidades criadas nas práticas discursivas.

Dessa forma, o conceito saussuriano de língua como estrutura, rede de relações que particulariza a descrição e a posição das unidades da língua em um determinado estágio e suas regras combinatórias fora de qualquer contexto de uso, é reformulado. Visto que existe uma grande lacuna entre a teoria da língua e a teoria do discurso, pois muitos lingüistas deixam de lado as funções sociais da linguagem, o trabalho do analista é voltado às manifestações lingüísticas em situações concretas, sob determinadas condições de produção, a partir das quais as pessoas interagem socialmente por meio da linguagem.

O interessante da abordagem de Fairclough está em examinar os textos como discursos, valendo-se de ocorrências lingüísticas e do funcionamento da linguagem como produção, reprodução e perpetuação de relações sociais existentes que podem ser transformadas.

As três dimensões de análise discursiva proposta por Fairclough – texto, prática discursiva e prática social – estão inter-relacionadas, já que discursos contraditórios podem coexistir numa mesma situação ou instituição. O método de análise contempla o estudo do *texto* em quatro dimensões: no trabalho com o vocabulário, focalizando as escolhas lexicais; no estudo da gramática, envolvendo as estruturas sintáticas, as nominalizações, os processos de agência e estruturação dos verbos; na coesão dos operadores argumentativos; e na estrutura textual como um processo de organização global do texto.

Quanto à dimensão *prática social*, Fairclough recorre a Althusser e Gramsci para situar o discurso como resultado de uma ideologia e da concepção de poder como força hegemônica, investigando o evento discursivo em relação ao momento sócio-histórico.

A *prática discursiva* é representada como a dimensão intermediária entre o texto e a prática social, pois, na teoria social de Fairclough, é na prática discursiva que se entendem os três processos sociais: um entre produtor e consumidor, outro que interpreta os textos em diferentes circunstâncias sociais, e um terceiro que relaciona a interpretação com os aspectos sócio-cognitivos e com os tipos de textos.

A partir desse pensar a língua como meio de o indivíduo interagir socialmente nas mais variadas situações, que se revelam de forma explícita ou através de pressupostos e de fatores implícitos marcados lingüisticamente no texto, é que o analista de discurso entende a língua como condição de possibilidade do discurso, diferentemente do lingüista que estuda a língua como objeto da lingüística considerado nela e por ela mesma e dicotomiza o social do histórico.

Na perspectiva teórica da análise crítica do discurso (ACD), o social e o histórico são indissolúveis. Não há dicotomia entre eles que os separe, no discurso, em interior e exterior. O discurso, como ponto de encontro sócio-histórico, tem sua exterioridade chamada socialmente de constitutiva, pois se constitui numa prática de significação do mundo. Portanto, o par língua e discurso, assim como lingüístico e discursivo, se distinguem da mesma forma, já que a língua em si e por si mesma como objeto da lingüística é vista pelo analista do discurso como pressuposto para analisar o processo discursivo.

A língua tem autonomia relativa nos processos discursivos, descentralizando-se e remetendo-se a outra ordem: a ordem do discurso. Assim, a

materialidade do discurso é a língua e a materialidade da história é o social. Daí se dizer que o discurso materializa o contato entre três conhecimentos: o ideológico, enquanto história; o lingüístico, como processo enunciativo e mecanismos sintáticos; e o da teoria do discurso, que trabalha, segundo Pêcheux (1997), com a interpretação de um enunciado estruturado num dado acontecimento: "(...) todo sistema lingüístico, enquanto conjunto de estruturas fonológicas, morfológicas e sintáticas, é dotado de uma *autonomia* relativa que o submete a leis internas, as quais constituem, precisamente, o objeto da Lingüística". (Pêcheux, 1997, 91)

[S1] Comentário: Página: 10
A relação entre a citação e o texto que a precede não está clara.

Considere-se ainda, nesse contexto, o entrecruzamento de natureza psicanalítica dado pela teoria da subjetividade, que no funcionalismo do discurso faz seu registro psicológico e encontra eco nas palavras de Fairclough quando afirma que "a prática dos membros tem resultados e efeitos sobre as estruturas sociais, as relações sociais e as lutas sociais, dos quais outra vez eles geralmente não têm consciência" (2001, 100).

Fairclough também denuncia algumas correntes da lingüística crítica por negligenciarem o discurso como luta social ou como dimensão de caráter transformador de uma cultura mais ampla. Frequentemente a ênfase recai, segundo ele, nos processos de realização de ideologias nos textos, medidos apenas pelos aspectos gramaticais e pelo estudo do vocabulário, esquecendo-se dos processos interpretativos e, por conseguinte, dos efeitos do discurso para o ouvinte.

A abordagem social de Fairclough busca investigar a mudança discursiva em sua relação com a mudança social e cultural. O discurso, como prática social da linguagem, está intimamente ligado com a prática social numa relação de causa e efeito, ou seja, da mesma forma que o discurso é moldado pela estrutura social também é restringido por ela.

Nessa relação dialética do discurso, a ideologia de ser percebida como um processo de naturalização e desnaturalização das estruturas discursivas em que o sujeito é visto como agente e paciente da construção dos processos discursivos:

os sujeitos são posicionados ideologicamente, mas também capazes de agir criativamente no sentido de realizar suas próprias conexões entre as diversas práticas e ideologias a que são expostos e de reestruturar as práticas e as estruturas posicionadoras. O equilíbrio entre o sujeito "efeito" ideológico e o sujeito agente ativo é uma variável que depende das condições sociais, tal como a estabilidade relativa das relações de dominação (Fairclough, 2001,121).

2. IDEOLOGIA E PODER

Para entender melhor a relação entre sujeito, discurso e prática social, convém aqui rever o conceito de Karl Marx sobre Estado (Althusser 1998) e o pensamento de Althusser (1998) sobre Aparelhos Ideológicos de Estado e ideologia, assim como as contribuições de Gramsci sobre poder e hegemonia.

Para Marx o Estado era uma superestrutura jurídica e política correspondente à estrutura econômica da sociedade. O Estado foi criado como poder separado da sociedade para ser o portador do direito e das leis, dotado de força para usar a violência na repressão de tudo quanto parecesse perigoso à estrutura econômica existente.

Althusser, de acordo com a tradição marxista, define o Estado como um aparelho repressivo cuja função coercitiva está a serviço da classe dominante. Por

isso, o Estado demonstra sua existência a partir do poder que exerce para a tomada e manutenção desse Estado. Conforme o autor, os Aparelhos de Estado (AE) agem predominantemente pela violência e secundariamente pela ideologia, enquanto os Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE) procuram agir sempre através da ideologia ou de uma forma muito sutil de repressão constituída por um certo número de instituições responsáveis pela disseminação da ideologia dominante. Portanto, enquanto há um único Aparelho de Estado, que se caracteriza pela repressão, há inúmeros Aparelhos Ideológicos caracterizados pela ideologia, mas que têm a seu dispor o Aparelho (repressivo) de Estado, na medida que a ideologia pela qual funcionam é unificada sob a ideologia da classe que detém o poder.

Para Althusser, uma teoria de ideologia deve se basear na história dos modos de produção combinados nas formações sociais e nas lutas de classes que se desenvolvem dentro delas. Mas, ao mesmo tempo em que admite que a ideologia tem sua história marcada pelas lutas de classes, o autor também acha possível afirmar que a ideologia não tem história no sentido de seu funcionamento e de sua estrutura serem imutáveis: da mesma forma que Freud se refere ao inconsciente como eterno por não ter uma história, Althusser adota essa concepção freudiana para dizer que a ideologia é eterna (Althusser, 1998, 98).

Para seguir a linha de pensamento do autor, devemos citar resumidamente as duas teses preliminares que nos levarão a entender sua tese central sobre ideologia. A primeira delas diz respeito ao conceito de ideologia como ilusão/alusão da realidade e o processo interpretativo capaz de desvendar a realidade do mundo que está por trás da representação imaginária desse mundo, para chegarmos à conclusão de que é representado na ideologia, não o sistema das relações reais que governam a existência dos homens, mas a relação imaginária

desses indivíduos com as relações reais sobre as quais eles vivem (p.85). Essa relação imaginária com o mundo real é que é o objeto da representação ideológica, conforme explica Marilena Chauí:

As aparências – ou o aparecer social à consciência – são aparências justamente porque nos oferecem ao mundo de cabeça para baixo: o que é causa parece ser efeito, o que é efeito parece ser causa. Isso não se dá apenas no plano da consciência individual, mas, sobretudo no da consciência social, isto é, no conjunto de idéias e explicações que uma sociedade oferece sobre si mesma. (...) Marx interessa-se por esse fenômeno porque o percebeu (...) na política, que, (...) leva os sujeitos sociais a aceitarem a dominação estatal porque não reconhecem quem são os verdadeiros criadores do Estado (Chauí, 1994, 416).

A segunda tese sugere que a ideologia não tem existência espiritual, mas material, à medida que "uma ideologia existe sempre em um aparelho e em sua prática ou práticas. Esta existência é material" (Althusser, 1998, 89). O autor propõe que a ideologia opera através de práticas materiais necessárias à produção, bem como à reprodução das condições econômicas, políticas e ideológicas. Isso quer dizer que as idéias de um sujeito existem em seus atos inseridos em práticas, o que nos possibilita a confirmação da tese central de Althusser de que não existe ideologia sem a prática dos atos do sujeito e para o sujeito. Logo, o sujeito é constitutivo de qualquer ideologia, ao mesmo tempo em que toda ideologia interpela indivíduos como sujeito, e já que a ideologia é eterna e funciona de modo atemporal, volta-se a concluir que "os indivíduos são sempre já sujeitos" (p. 98).

À concepção da interpelação do sujeito: "toda ideologia interpela os indivíduos concretos enquanto sujeitos concretos" (Althusser, 1998, 96), acrescenta-se o fato de que a categoria de sujeito preexiste no indivíduo concreto e condiciona a existência social desse indivíduo que só estará consciente de ser sujeito quando reconhecer a sua posição de indivíduo nas relações sociais. Dessa forma: "o indivíduo é interpelado como sujeito (livre) para livremente submeter-se às ordens do

Sujeito, para aceitar, portanto (livremente) sua submissão, para que ele 'realize por si mesmo' os gestos e atos de sua submissão" (p. 104).

Fairclough, embora aceite a idéia de que os sujeitos sociais são moldados pelas práticas discursivas, também nos diz que essas práticas estão inseridas dentro de uma realidade material já constituída com sujeitos sociais já constituídos, mas com capacidade de agência crítica e de posição ideológica contrária à prática ideológica existente. Para Fairclough, os sujeitos são posicionados ideologicamente, mas são também capazes de agir criativamente no sentido de realizar suas próprias conexões entre as diversas práticas e ideologias a que são expostos e de reestruturar as práticas e as estruturas posicionadoras. O equilíbrio entre o sujeito 'efeito' ideológico e o sujeito agente ativo é uma variável que depende das condições sociais, tal como a estabilidade relativa das relações de dominação (Fairclough, 2001, 121).

Mas o conceito de ideologia não surgiu com Althusser. Conforme John Thompson (1998), a expressão "ideologia", primeiramente usada por Destutt de Tracy, em 1796, para nomear a teoria genética de todas as idéias que iria de forma direta e explícita, facilitar o progresso nos afazeres humanos assume com Marx, cinqüenta anos depois, um sentido negativo, quando em *A ideologia alemã* Marx e Engels caracterizam ideologia de forma polêmica como "uma doutrina teórica e uma atividade que olha erroneamente as idéias como autônomas e eficazes e que não consegue compreender as condições reais e as características da vida sócio-histórica". (Thompson, 1998, 51). Porém, a contribuição de Marx e Engels quanto a essa concepção vai muito além, quando as condições de possibilidade desse conceito estão ligadas aos pressupostos de determinação social da consciência, à divisão do trabalho e ao estudo científico do mundo sócio-histórico.

Outros filósofos como Lenin e Lukács, interessados em promover os interesses do proletariado na luta de classes, generalizam o uso da palavra ideologia como se referindo às idéias que "expressam e promovem os interesses das principais classes engajadas no conflito" (Thompson, 1998, 64). Mais particularmente, Mannheim enfocou o conceito de ideologia com intuito de buscar uma orientação científica para a vida política, definindo-a através de uma concepção particular em que é vista em nível de disfarce mais ou menos consciente, e de uma concepção total ao ser percebida pelas características da estrutura mental global de uma época, ou de um grupo social. Ainda assim presume que as ideologias são como as utopias: "as ideologias são idéias discordantes da realidade e não concretizáveis na prática" (apud Thompson, 1998, 71).

Dessa forma, de Marx a Mannheim, muitas foram as fases na história do conceito de ideologia que vão nos ajudar na formulação de uma metodologia analítica de discursos políticos, mas vale lembrar de resgatar em Marx o conceito de dominação e poder, esquecidos por seus sucessores.

Ao analisar ideologia, Thompson centra o interesse de seu estudo nas maneiras como as formas simbólicas se entrecruzam com relações de poder. Para ele, "estudar ideologia é estudar as maneiras como o sentido serve para estabelecer e sustentar relações de dominação" (p. 73). Explica-se esse enfoque ao se examinar a interação de sentido e poder permitida pelas formas simbólicas quando transmitidas e entendidas por determinadas pessoas inseridas em contextos sociais estruturados.

As relações de subordinação e dominação que enfatizam a importância das relações de classe como base na desigualdade, em Thompson são acrescidas pelo interesse por outros tipos de exploração e dominação como entre os sexos,

grupos étnicos ou entre estados-nação hegemônicos e/ou marginalizados do sistema global.

Conforme Ernest Laclau em seu artigo *A política e os limites da modernidade* (1992) e Giovanni Semeraro em *Gramsci e a sociedade civil* (1999), para Gramsci a ideologia é um sistema de idéias historicamente necessário a uma determinada estrutura. Como revisor de Marx, Gramsci condena o determinismo marxista de que o modo de pensar é determinado pela estrutura econômica e compreende ideologia como uma concepção de mundo, com validade psicológica capaz de organizar as massas humanas e criar condições para que os indivíduos possam agir e adquirir consciência de sua posição.

O poder como hegemonia, para Gramsci, é possível através da direção cultural e ideológica. Para que uma classe possa se tornar dirigente de uma sociedade deve se distinguir e conquistar a direção baseada na própria ideologia, na sua organização e na superioridade moral e intelectual. Assim o funcionamento do poder hegemônico se baseia no consenso de concepção de mundo que uma classe exerce sobre a maioria através de alianças e incorporação no domínio da minoria. Seguindo o pensamento de Gramsci, decaindo a capacidade de dirigir grupos subordinados (hegemonia) pela força, a classe dirigente ainda pode manter-se no poder, mas por muito pouco tempo, pois tal classe perde o consentimento de outras classes e nesse vazio de direção surge outra camada hegemônica para ser dirigente. Daí a concluir-se que o conceito de direção é, sem dúvida, muito importante no pensamento de Gramsci sobre hegemonia para manter as relações de dominação/subordinação.

Dessa forma, também é importante o estudo de Gramsci sobre hegemonia na fundamentação teórica desse trabalho, pois esses modos de pensar a

ideologia e a luta pelo poder essencialmente centralizado na hegemonia como dominação é o que Fairclough investiga como prática social: “As hegemônias em organizações e instituições particulares, e no nível societário, são produzidas, contestadas e transformadas no discurso” (Fairclough 2001, 28).

Se, portanto, ideologia é a maneira pela qual o sentido é construído e monopolizado pelas formas simbólicas a serviço de alguns indivíduos ou grupos com o único interesse de preservar relações sociais que os beneficiam, enquanto outros procuram contestar, percebe-se a ideologia como um processo de naturalização e desnaturalização das estruturas de convenção dos eventos discursivos. Isso quer dizer que a ideologia está na estrutura e nas condições do evento discursivo que é reproduzido a partir de eventos discursivos já existentes, mas que ao se transformar num novo evento reproduz ou transforma as suas estruturas condicionadoras através do sujeito estruturado por várias ideologias implícitas que lhe atribuem um caráter de senso comum.

Nesse sentido a ideologia pode ser percebida pelo estudo dos sentidos das palavras e dos atos retóricos das manifestações lingüístico-discursivas, embora “outros aspectos semânticos, tais como pressuposições (...), as metáforas (...) e a coerência” (Fairclough, 2001, 119), possuam um caráter ideológico.

3. ATOS RETÓRICOS

O analista crítico do discurso, procurando investigar os procedimentos lingüísticos e o conhecimento de mundo do falante, deve estabelecer relações entre os diferentes usuários da língua e as macroestruturas, responsáveis pela coerência

global do discurso e pela garantia de várias funções para atos de fala, que se constituem em atos retóricos, como a persuasão e as informações implícitas. Especificamente no interior do discurso verbal, em especial discursos com justificação ideológica, a persuasão é um dispositivo argumentativo no qual técnicas de convencimento se articulam.

Já no discurso clássico, conforme Maria José Santos, em seu artigo *Discurso de posse: Vez e voz de um governador* (1998, 93), a linguagem, através do ato retórico, evidencia o modo de empregar as palavras de forma a convencer o receptor acerca de certa “verdade”. O homem grego manejava com habilidade as formas de argumentação, valendo-se do ato retórico para persuadir outrem de uma dada idéia, que passa indiscutivelmente como verdadeira dependendo da organização discursiva.

Daí deve-se o fato de Platão (Górgias, 483 a.C.) condenar a retórica devido a sua relação com o poder, por achar que a força lingüística do ato de comunicação em que a persuasão é fundamental deveria estar ligada à justiça - virtude política por excelência - enquanto era usado pelos sofistas para a domesticação, o convencimento do embuste e para declarar como lei da natureza o forte usar o seu poder em relação aos fracos. Nesse caso, a persuasão torna-se sinônimo de tornar o outro submisso, constituindo-se uma forma de autoritarismo. Portanto, Platão apontava para um ideal de linguagem, construída em função de idéias que deveriam ter sua medida justa entre significação e realidade, que não condizia com o uso que os grandes retóricos faziam da arte da persuasão. Segundo Platão, embora a maioria deles atuasse num estado democrático, o ideal que buscavam valendo-se dos processos retóricos era o do poder a qualquer custo, e

isso nada tinha a ver com justiça. A par disso, Platão entende que persuadir é submeter, e por isso a retórica deveria ser condenada e banida.

Os grandes retóricos partem praticamente duma concepção da natureza humana, baseada no mero instinto. A sua grande ilusão é poderem fazer seus semelhantes o que lhes der na cabeça. Ainda que a maioria deles atue politicamente em Estados democráticos, o seu ideal coincide com o dos tiranos, que é a de dispor de um poder total sobre a vida e sobre a morte, dentro do Estado. (Jaeger, Werner, *Paidéia*, 614)

[S2] Comentário: Página: 19
Ver formato de referência.

Mas é com Aristóteles, em *Arte retórica*, que se opera o entendimento do funcionamento do discurso. Através da análise dos discursos de seu tempo, Aristóteles percebe na retórica uma das formas de revelação dos mecanismos utilizados para criar a persuasão, pois, para ele, a retórica não é persuasão, mas pode revelar como se faz a persuasão nos discursos institucionais. A reflexão de Aristóteles quanto ao ato retórico percebe a persuasão como uma forma alternativa de raciocínio que consegue envolver o receptor através de dados emocionais. Em todos os mecanismos de persuasão, o emissor não deixa pairar qualquer dúvida no receptor, buscando o recurso lingüístico adequado para convencê-lo, o que revela um comprometimento ideológico, num discurso cuja palavra-chave é, pressupostamente, poder. Diz ele:

... a retórica é a faculdade de ver teoricamente o que, em cada caso, pode ser capaz de gerar persuasão. Nenhuma outra arte possui esta função, porque as demais artes têm, sobre o objeto que lhes é próprio, a possibilidade de instituir e de persuadir; mas a retórica parece ser capaz de, por assim dizer, no que concerne a uma dada questão, descobrir o que é próprio para persuadir (Aristóteles, *Arte retórica e a arte poética*, Livro I, cap. II, p.24).

Em Todorov (1977, 74-75), encontramos a afirmação da importância dessa eloquência como fonte de poder ainda em nossos dias:

... nos nossos dias, quando os ditos e os gestos dos homens públicos são, graças aos meios de comunicação de massas e sobretudo à televisão, transmitidos imediatamente aos lugares mais remotos do Estado, será ainda concebível que se possa, 'sem eloquência', manter uma posição importante? Dois fatos recentes, entre mil, podem provar o contrário. O presidente dos Estados Unidos foi considerado menos culpado aos olhos de seus concidadãos por transgredir de várias formas a lei do seu país do que ao revelar-lhes (...) os seus defeitos de linguagem: a publicação de suas conversas privadas, que devia provar a sua inocência legal, teve um efeito maciçamente negativo, quando os americanos se aperceberam de que Nixon falava mal, como eles, que ele praguejava a cada frase, que suas expressões estavam eivadas de calão. Depois disto, teremos a audácia de dizer que a 'eloquência' já não é necessária ao homem de Estado? (...) De acordo com a opinião de especialistas, a escolha de nosso "presidente", em 1974, decidiu-se em grande parte durante um diálogo televisionado, em que os dois candidatos se enfrentaram durante hora e meia; como acreditar que suas qualidades retóricas, que a sua arte de manejar a palavra, instruir, de sensibilizar e de agradar, não teve influência na escolha feita pelos espectadores? Um homem público não pode dar-se ao luxo de falar mal.

De Platão e Aristóteles até nossos dias, a arte da retórica, embora tenha sofrido algumas críticas quando associada ao disfarce do pensamento, permanece um método clássico empregado para persuadir. Esse método de persuasão aliado ao emprego de técnicas sofisticadas de comunicação de massa que ainda procuram na eloquência da palavra a tentativa de exercer influência sobre o receptor e, com isso, transferir idéias e conceitos como verdades imutáveis, é capaz de fortalecer o poder institucionalizado. Quanto a isso, Todorov afirma que "[o] poder está, hoje, na ponta da língua; a palavra, aquela que o vídeo emite, mais do que a que se ouve nas assembléias deliberativas, voltou a ser uma arma eficaz" (p.55).

Na verdade, o que hoje entendemos por retórica ainda sofre muito a influência do pensamento platônico, mas é inestimável a contribuição aristotélica quanto a uma reflexão mais arejada desse tipo de discurso que privilegia a persuasão em todas as suas formas de raciocínio, desde as formas que se valem da argumentação em tom de uma verdade inquestionável ou do caráter imperativo de

um verbo, até as formas que buscam o trabalho lógico das idéias, onde o enunciado já traz em si a verdade final desejada pelo receptor.

Sendo assim, um aspecto de relevância na representação dos atores sociais diz respeito à diferença entre a apresentação explícita e o mostrar (implícito) de forma pressuposta ou subentendida.

Levando-se em conta que as intenções persuasivas do emissor nas relações discursivas de caráter político buscam na argumentação uma forma de convencer o eleitor, os níveis de significação do dizer, quando não são explícitos, se articulam na maneira como esse emissor se retrata no discurso. Tal maneira situa a pressuposição como um ato integrante do sentido dos enunciados de caráter lingüístico onde a retratação do emissor não pode ser feita pela informação oferecida por ele, já que é uma informação que fica à margem do discurso, constituindo-se em algo intermediário entre o dizer e o não-dizer.

Por sua vez, no subentendido, o emissor manifesta o sentido para ser decifrado pelo receptor, eximindo-se de qualquer responsabilidade sobre ele e indicando o caráter discursivo ali delineado, como se constata em algumas figuras retóricas como a metáfora e a metonímia.

No plano metafórico o discurso adquire um caráter simbólico de transposição através de um processo de associação subjetiva entre a significação própria e o efeito figurativo. A utilização retórica do discurso metonímico nasce da relação objetiva entre dois planos: o plano de base e o plano simbólico do termo a fim de intensificar a idéia de relação de continuidade entre as partes envolvidas no discurso e criar efeitos ideológicos.

Na análise dos discursos políticos eleitorais, as relações que se estabelecem entre a materialidade lingüística e o acontecimento como evento

ajudam a determinar a forma de representação dos atores sociais na intencionalidade da produção do ato persuasivo com proporções evidentemente ideológicas de definição de imagens que remetem a duas significações: uma que se articula entre emissor e receptor, e outra se referindo diretamente à imagem que o emissor faz do ouvinte, dada a importância do ouvinte no agenciamento do discurso. Para Osakabe (1999, 59), “se num nível de análise é o locutor que se coloca em evidência, num nível mais profundo, é possível observar que o ouvinte é um agente indireto do discurso na medida em que é nele que justifica o próprio discurso”.

Com isso, o discurso para ser analisado retoricamente do ponto de vista da persuasão não pode prescindir das relações que se estabelecem entre o emissor do discurso e as condições de produção, nem tampouco das questões relativas à imagem que o emissor tem do seu receptor, num jogo onde o discurso será visto como lugar de interação de emissor e receptor (ouvinte) com significações mais amplas do que as contidas no texto, mas que dependem do que é dito no discurso: “Tais significações definem os efeitos a serem atingidos no ouvinte e são expressas pelos atos perlocucionários de convencer, persuadir, impressionar, que sintetizam em sua generalidade toda a gama de efeitos a serem obtidos” (Osakabe 1999, 67).

4. DISCURSO, POLÍTICA E DISCURSO POLÍTICO

Até aqui, procurei traçar uma cadeia teórica, na tentativa de mostrar a existência de relações entre ideologia, poder e atos retóricos, pois me parece fundamental o estudo desses conceitos para a análise da representação dos atores sociais no discurso político. A seguir, para relacioná-los diretamente com os

aspectos discursivos, se torna necessário também recuperar o modo como a ACD entende o que é discurso.

O discurso, de modo geral, como é entendido pelos analistas do discurso, é, por assim dizer, a palavra em movimento, a mediação entre o indivíduo e a realidade natural e social, representando um objeto sócio-histórico em que o lingüístico é a base, e onde o político e o simbólico se confrontam. Logo, para compreensão de um discurso, o que interessa são as condições de produção, o resgate das formações discursivas e o modo de seu funcionamento em relação a suas determinações histórico-sociais e ideológicas. Em outras palavras, o discurso, enquanto objeto específico de análise, tem, como nos elucida Eni Orlandi (2000, 96):

(...) as condições de base, que é a língua, e o processo que é discursivo, onde a ideologia torna possível a relação entre o pensamento, a linguagem e o mundo. Ou, em outras palavras, [o discurso] reúne sujeito e sentido. Desse modo o sujeito se constitui e o mundo se significa. Pela ideologia.

Do ponto de vista de Fairclough, a prática social determina, reproduz e transforma a linguagem. Portanto, a linguagem constitui-se em discurso como uma forma de as pessoas agirem sobre o mundo e de representá-lo numa relação onde a estrutura social é ao mesmo tempo condição e efeito da prática social.

Nessa relação entre a estrutura social e a prática social o discurso constrói o mundo em significado, pois é no discurso que as identidades sociais, as posições de sujeito e do eu encontram lugar para serem criadas e as relações sociais entre as pessoas são estabelecidas juntamente com os sistemas de conhecimento e crença. Por outro lado, o discurso adquire um caráter constitutivo quando essa construção de significados é reproduzida ou transformada também no discurso.

Por essa linha de pensar, Fairclough direciona o estudo do discurso para as práticas política e ideológica. Segundo ele, na prática ideológica é gerada a luta pelo poder que, por sua vez, é estabelecida pela prática política de manutenção ou de mudança das relações de poder. E, assim, podemos dizer que todo o discurso *a priori* é político, na medida em que "torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que vive" (Thompson, 1999, 71). Porém, se formos entender por discurso político o ato comunicacional destinado a uma finalidade limitada, qual seja, a política, torna-se necessário abordar este sentido mais restrito do termo político.

A palavra "política" se origina de "pólis", que na Grécia antiga denominava o lugar onde as pessoas viviam juntas, multiplicavam a cultura e moldavam os jovens de acordo com o ideal de cidadão (polités). Alguns estudiosos definiram política como "arte e ciência do governo", por considerarem-na uma virtude do conhecimento humano para conseguir a concordância de muitos para promover o bem de todos. Outros classificaram-na de "ciência do Estado", por acharem que só o Estado tem capacidade e poder de tomar decisões de interesse comum. E uma outra corrente de pensamento entende que todos nós devemos criar condições de colaboração mútua, através do bom senso e da boa vontade, sem necessidade do uso da força (Dallari, 1999).

Uma distinção interessante é aquela apresentada por Leonardo Boff, que sintetizando o pensamento dos bispos da América Latina estabelece a distinção entre Política com maiúscula e política com minúscula, destinando à primeira a atividade que promove o bem comum e, à segunda, a simples busca do poder, sem consideração com a dignidade e a justiça. "A política neste sentido é a simples

busca do poder para satisfazer os interesses particulares de um grupo, sem o compromisso com a dignidade humana" (apud Dallari, 1999, 91).

O discurso político pode, portanto, ser visto como uma produção discursiva visando a uma ação de alguém sobre outro, sendo por muitas vezes chamado de discurso de poder. Em Pêcheux (1981), os discursos políticos constituem, além de sua função de mascarar e de justificar ações e idéias, uma rede de indícios para compreendermos concretamente como o orador se inscreve dentro de uma posição ideológica determinada. Essa rede de indícios está intimamente ligada à formação política do emissor, do momento histórico, da política dominante, entre outras condições de produção.

A classificação do discurso político, segundo Osakabe (1999), leva em consideração a diferença entre um ato pragmático, que tem como função persuadir e convencer a fim de modificar o comportamento social de um grupo como é o caso do discurso político militante, e um ato não-pragmático, exemplificado pelo discurso político teórico, cuja função é elucidar um fato. Além disso, tomando como referência as condições de produção e seus efeitos, o autor salienta o discurso de confronto, como aquele pronunciado no momento em que o adversário é concreto e a tônica do texto é menos reflexiva, menos informativa e mais emotiva, lançando mão da ironia, da pressuposição, da paráfrase e, principalmente, da polissemia como argumento de autoridade.

Dentro dessa perspectiva, o discurso político pode configurar-se como autoritário, polêmico ou lúdico, segundo a classificação da tipologia do discurso de Orlandi (2000), embora seja o autoritário o tipo por excelência do discurso político. Isso acontece por esse último ser um discurso exclusivista, eminentemente persuasivo, que trabalha com uma fala sacramentada pela instituição e que quase

nunca sofre ponderações, "fazendo com que as verdades de uma instituição sejam expressão da verdade de todos", como coloca Adilson Citelli (2000, 35). Para Citelli, "autorizado pelas instituições, o discurso se impõe aos homens determinando-lhes uma série de condutas pessoais" (p. 36).

5. O DISCURSO POLÍTICO NA ACD

Assim, a pesquisa sobre o discurso político enquadrado na área da análise crítica do discurso nos permite apresentar esta área de estudos da linguagem ligada a questões que buscam explicar e interpretar a contextualização das estruturas lingüísticas como produto de uma interação social complexa, em que fatores de ordem política, cultural e ideológica se mesclam para reforçarem as desigualdades sociais profundamente arraigadas à classe dominante e às diferenças hierárquicas de poder, sexo, idade e raça.

Pesquisadores da área da ACD, como Fairclough, Kress, Fowler, van Leeuwen, Pedro e Caldas-Coulthard entre outros, sugerem questões de relevância quanto às conseqüências e implicações do uso da linguagem relacionadas com fenômenos sociais que explicam como convenções particulares e condições de produção determinam as representações ideacionais e a identidade dos produtores em relação aos consumidores textuais. Essas questões, então, seriam a causa da preocupação da ACD com a desconstrução ideológica do discurso na tentativa de transformação das relações de poder.

Dentre os focos de interesse variados da ACD encontramos em Fowler (1996) a preocupação em verificar como as representações lingüísticas são afetadas por valores sociais. Em Kress e van Leeuwen (1990), o foco de interesse relevante para a análise crítica do discurso concentra-se não só em signos

lingüísticos como também em outras formas de comunicação visual que devem ser vistas nas dimensões política, social e comunicativa, criando significados ideológicos de acordo com condições históricas dentro de um determinado contexto sócio-cultural. Numa outra leitura crítica, van Dijk (1996) diz que o discurso de forças dominantes pode afetar a mente das pessoas e como resultado interferir "no conhecimento, nas atitudes, normas valores e ideologias dos receptores" (p. 85), ou seja, para esse autor o discurso tem uma dimensão sócio-cognitiva.

Norman Fairclough, talvez o mais abrangente teórico da ACD, parte da descrição, interpretação e explicação de diferentes formas de comunicação em seus contextos sociais. Dentro de uma perspectiva funcional da linguagem, Fairclough vê o discurso como reflexo, reprodução e reafirmação de relações sociais existentes, ao mesmo tempo que afirma ser esse discurso responsável por transformar os sistemas de valores e crenças.

O embasamento teórico comum nos analistas críticos do discurso relaciona o processo discursivo de produção e interpretação textual com a prática social. A pesquisa crítica tem seus objetivos sustentados na exposição das diferentes maneiras de abuso do poder transmitidas pelos discursos, e a conscientização crítica do receptor para, como agentes desse processo lingüístico-social, promover mudanças sociais.

Nessa perspectiva dialética de se considerar o discurso moldado pela estrutura social como também constitutivo dessa mesma estrutura social, torna-se interessante investigar como os atores sociais são representados no discurso segundo a ordem de escolha das categorias sociológicas de van Leeuwen (1997).

CAPÍTULO II

A REPRESENTAÇÃO DOS ATORES SOCIAIS

Entre os mais renomados analistas críticos do discurso, junto a Fairclough, van Dijk, Fowler e Kress, dentro de um projeto comum da ACD, que se preocupa em estudar a linguagem como discurso que define as desigualdades sociais através das relações complexas entre texto, conversa, cognição social, poder, sociedade e cultura (van Dijk, 1999; Fairclough, 2001), destaca-se a figura de Theo van Leeuwen. No artigo *A representação dos actores sociais* (1997), que serve de base para minha análise, van Leeuwen relaciona os atores sociais ao contexto sócio-cultural, baseando-se na gramática funcional de Halliday e em especificidades lingüísticas da retórica para averiguar como indivíduos ou grupos sociais são, numa primeira análise de identificação, incluídos ou excluídos do discurso de modo bastante substanciais. Esse relacionamento entre atores e sociedade aparece no discurso muitas vezes de modo incongruente com a prática social. O papel dos atores sociais no discurso atua como forma sócio-política de poder e dominação. As representações sociais que os atores recebem na prática discursiva têm a finalidade de produzir mudanças na prática social, já que cabe às representações “recolocar os papéis e arranjar as relações sociais entre os participantes” (Pedro, 1997, 35), de modo que uma inclusão possa determinar a representação ativa ou passiva de um ator social no discurso, conforme a natureza ideológica do emissor. Dessa maneira, um discurso como o discurso político eleitoral, dentro de um contexto situacional, pode trabalhar a questão da representação dos atores sociais apenas com a intenção da manipulação, ou, por outra, visando à participação na vida partidária

como razão para um debate que busca o bem comum através da legitimidade e credibilidade das teorias conclamadas.

A importância do estudo de van Leeuwen consiste em relacionar os aspectos sociais na representação dos atores antes de analisar lingüisticamente o modo como são apresentados. Isso se justifica em primeiro lugar, porque, segundo o autor, "não há uma co-referência exata entre as categorias sociológicas e lingüísticas", não havendo maneira possível de se conciliar as duas perspectivas na língua (p.170). A segunda justificativa se baseia no fato de que o significado não está na língua, mas na cultura. Portanto, a língua pode representar o papel dos atores sociais de modo impessoal (p.171), dependendo o seu significado da visão de mundo numa dada cultura. Vejamos, como exemplo, duas manchetes de revistas diferentes sobre o mesmo assunto. Enquanto uma proclamava que o *PT* é *satanizado no segundo turno em várias cidades*, a outra revista dizia que *O PT agiganta-se e entra no clube dos grandes*. É clara a agência do sujeito gramatical através de um processo reflexivo na segunda manchete, diferentemente da primeira, na qual o sujeito gramatical é representado de forma passiva e o ator agente é totalmente excluído.

As categorias de representação dos atores sociais pertencem a uma rede de sistemas lingüísticos distintos e complexos que contempla tanto aspectos léxico-gramaticais como figuras retóricas. Esses sistemas lingüísticos no discurso passam por transformações através de processos que envolvem o apagamento, a reestruturação e a substituição da consistência lingüística. A partir do conhecimento desses processos de transformação dos sistemas lingüísticos que respalda as categorias de representação dos atores sociais, a identificação dos papéis sociais no discurso se torna visível. Por isso é importante antes de mais nada um esclarecimento mais pormenorizado de cada um deles, seguindo a orientação de van Leeuwen.

Basicamente, o modelo teórico de van Leeuwen bifurca-se na identificação dos agentes **excluídos** e **incluídos**, categorias relevantes para

investigar a representação dos atores sociais na análise dos discursos políticos eleitorais que me proponho a fazer.

O processo de **exclusão** ou **inclusão**, embora parta de categorias sociológicas, abrange uma variedade de fenômenos lingüísticos e retóricos, capazes de servir à manipulação do ouvinte na preservação dos interesses do emissor. Quando a exclusão não deixa marcas no texto, ou seja, se os atores sociais nunca forem mencionados em qualquer parte do texto, tem-se uma **supressão**. Nos casos em que os atores sociais são pouco visíveis no texto, isto é, mencionados de forma indireta ou ambígua, podemos dizer que são **colocados em segundo plano**. Casos clássicos de supressão são realizados na materialidade lingüística do texto através do apagamento do agente da passiva, de orações infinitivas cujo verbo no infinitivo funciona como um participante gramatical, das nominalizações ou dos adjetivos, todos dentro de um contexto que pode nos levar ao pressuposto, mas nunca à certeza da identidade dos atores sociais suprimidos. Algumas passagens retiradas de uma reportagem da revista Veja (11/10/2000: 34-40), intitulada *Com vocês, o PT cor-de-rosa*, exemplificam casos de supressão: 1. por apagamento do agente: “... São Paulo foi ‘muito mal administrada’...”, mas

não nos diz efetivamente quem administrou mal São Paulo;

2. por orações infinitivas como “Não dá pra ter neutralidade com o Maluf”, caso em que o ator social que não teria neutralidade com o Maluf é excluído;
3. por nominalização em “... o PT vem adotando a prática que causava tremores de ojeriza no bolchevique Lênin do início do século XX: a gerência reformista do capitalismo.”, ou seja, *gerenciar a reforma do capitalismo*.
4. a partir de adjetivos como em “... as cidades que elegeram petistas...”, excluindo o nome dos candidatos eleitos; e ainda em “Os petistas de agora dizem que não são xiitas,...”.

Mas é no processo de inclusão que reside a grande força política da representação dos atores sociais, já que no discurso as representações e as relações dos atores sociais sofrem uma distribuição que não reflete a prática social, ou seja, “não é necessário que haja congruência entre o papel que os actores sociais desempenham, de facto, em práticas sociais e os papéis gramaticais que lhes são atribuídos no discurso” (van Leeuwen, 1997, 186). Utiliza-se a **ativação** quando o ator tem um papel ativo, ou seja, quando é representado como dinâmico com relação ao evento. Já a **passivação** acontece quando lhe é atribuído um papel passivo, quando sofre uma ação não produzida por ele mesmo, tornando-se um sujeito da passividade (**sujeição**) ou beneficiado com a passividade (**beneficiação**). Assim, dependendo da intenção do emissor, uma mesma realidade pode ser retratada de formas diferentes, por meio de mecanismos discursivos de ativação ou passivação de atores, acionados através de artifícios lingüísticos como quando o papel do ator social se realiza por meio de uma maior (ativa) ou menor (passiva) participação como no exemplo do artigo citado anteriormente *A maior vitória política do PT será alcançada através do voto direto*. Nesse exemplo a ativação se realiza pela participação do eleitorado nas urnas (o voto direto), enquanto a passivação se realiza por meio de uma menor participação, mas num processo que requer uma maior transformação. Outras formas como a possessivação, nominalização e circunstancialização constituem-se em mecanismos gramaticais responsáveis por ativar ou apassivar um ator social. Quando se interpreta a notícia *A rejeição dinamarquesa de cerca de 90% por parte de seus políticos alimenta dúvidas sobre o futuro da moeda única da União Européia*, em primeiro lugar nota-se gramaticalmente o sujeito como agente do processo verbal. Essa agência realiza-se por meio da nominalização em *rejeição*, adjetivação em *dinamarquesa*, da

possessivação na expressão preposicional *de cerca* de (= pelos seus) e da circunstancialização através da expressão *por parte de*, que sofre um processo de apassivação por sujeição do substantivo *políticos* em *seus políticos* pelo pronome possessivo enquanto o sintagma introduzido pela preposição *sobre*, deixando evidente o tratamento passivo que beneficiará, no caso, *a moeda*, de forma positiva ou negativa. Esse caso é um exemplo de como as representações podem manipular a opinião de quem não investiga por que essas representações sociais são feitas. É o caso, por exemplo, de diferentes jornais dando a mesma notícia, usando representações diferentes para o agenciamento de um mesmo fato ou mesmo excluindo a agência, deixando o ator social como finalidade de um processo material, como fenômeno num processamento ou como portador num processo atributivo de sujeição.

No processo de inclusão, além da representação por ativação ou passivação, outras categorias são distinguidas na tipologia de van Leeuwen. Para melhor compreender como essas categorias constituem-se também modos pelos os quais os atores sociais podem ser representados no discurso de maneira alternativa ou simultânea, dentro de uma mesma prática discursiva, elas serão apresentadas em dois grandes blocos em anexo.

O bloco 1 distingue a **generalização** (1.a.) da **especificação** (1.b.). A referência **genérica** coloca os atores sociais em classes ou grupos, o que gramaticalmente pode realizar-se através do plural sem artigo ou do singular com artigo definido ou indefinido conforme os exemplos:

1.a. *Petistas são maioria na Câmara* ou ainda *o PT é a maioria* ou *uma maioria na Câmara*.

Nesses exemplos o substantivo *PT* faz referência genérica a todos os deputados que pertencem ao Partido dos Trabalhadores na Câmara. Mas é bom lembrar que essa referência genérica depende também de outros fatores lingüísticos como o tempo verbal, por exemplo, já que o presente do indicativo tende a generalizar as ações.

Na categoria de **especificação** (1.b.) podemos reconhecer os processos de **especificação por individualização** (1.b.1.) e de **especificação por assimilação** (1.b.2.), e este último pode por sua vez ser subdividido em **assimilação por agregação** (1.b.2.1.) e **assimilação por coletivização** (1.b.2.2.).

A representação assume categorias de **especificação por individualização** (1.b.1.) quando os atores sociais são referidos como indivíduos (ver exemplo 1.b.1.), ou de **especificação por assimilação** (1.b.2.) quando são referidos por grupos **agregados** (1.b.2.1.), vistos por dados estatísticos capazes de regulamentar as práticas e formar opiniões de consenso; ou **coletivizados** (1.b.2.2.), transparecendo a idéia de que o grupo é homogêneo em atitudes e idéias, conforme os exemplos abaixo (Revista *Veja*, 11/10/2000), que também nos mostram o caráter de pluralidade da assimilação em oposição ao caráter de singularidade da individualização.

1.b.1 “em São Bernardo do Campo, Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, ex-presidente da CUT, a central sindical mais ligada aos petistas, perdeu a eleição...” p. 36).

1.b.2.1. “No Rio de Janeiro, a pesquisa mais recente sobre preferência partidária dos eleitores deu 30% para o PT e bem menos, nem 3%, para o PFL”(p. 39).

1.b.2.2. “ ‘Perdi as contas de quantas reuniões fiz com integrantes dos clubes Rotary e Lions e com os empresários dos mais diversos setores durante a campanha” (p. 37).

Como bloco 2 apresentarei as categorias de **personalização** (2.a.) e **impersonalização** (2.b.), esquematizados em anexo.

A representação que **personaliza** (2.a) os atores sociais, pode apresentá-los de forma **indeterminada** (2.a.1), quando percebidos por pronomes indefinidos ou por referências exofóricas que, embora se apresentem de forma impessoal e generalizada, são de grande influência coercitiva. Numa propaganda de carro o enunciado “*Peugeot 206. Quem põe as mãos, não tira da cabeça*” é um exemplo típico de personalização indeterminada através do *quem*, que remete a ação a uma pessoa qualquer.

Mas é no âmbito da **determinação** (2.a.2) que o papel dos atores sociais encontra um terreno mais propício para as escolhas se subdividirem automaticamente no processo seletivo e intencional da produção textual. Logo, os atores sociais podem ter uma representação discursiva **determinada** (2.a.2), segundo van Leeuwen, pelo sistema de **associação ou dissociação** (2.a.2.1) que se realiza ou não mais comumente pela parataxe, categorizando-os por grupos nunca classificados no texto, mesmo que sejam nomeados de forma genérica ou específica, pois estarão sempre sendo referidos pela intersecção de idéias que um grupo de atores sociais consegue manter em relação a uma determinada situação. Em recente entrevista, Simon Peres, chanceler israelense, declarou: “*Amo este país* (referindo-se a Israel). *Quando olho para cinqüenta anos atrás e comparo com hoje, vejo que temos 1 milhão de russos, 100.000 etíopes, judeus e não-judeus. Isso é*

fascinante.” Aqui “russos, etíopes judeus e não-judeus”, através do recurso da parataxe, estão associados à idéia de um povo israelense.

A **determinação** (2.a.2) é diferenciada quando distingue as pessoas do discurso como atores sociais individualizados, diferenciados de seu grupo, e de uma forma mais abrangente, quando faz a comparação entre um grupo social e outro semelhante, sugeridos por van Leeuwen como **determinação diferenciada** ou **indiferenciada** (2.a.2.2), como é o caso das pesquisas de opinião pública que diferenciam cada item pesquisado pelo nome e sua devida porcentagem, mas reservam para aqueles itens muito pouco mencionados a nomenclatura de *outros*. Os *outros* são todos aqueles que se indiferenciam entre si por terem a mesma característica: serem pouco nomeados nas pesquisa.

Seguindo a percepção do ator social **determinado** (2.a.2), no texto, a **determinação por nomeação** (2.a.2.3) aparece como uma alternativa mais direta de determinar o ator social que a **determinação por categorização** (2.a.2.4), por tratar o ator social através de nomes próprios.

Na **determinação por nomeação** (2.a.2.3) os nomes próprios são determinados, como podemos perceber muito no trabalho da imprensa, de maneira **formal, semiformal ou informal** através de **titulação honorífica ou afiliada**. Portanto uma mesma reportagem sobre o governo da cidade de São Paulo refere-se à prefeita como Marta Suplicy, a Suplicy, Marta.

Mesmo assim, o trabalho com a **determinação por categorização** (2.a.2.4), principalmente em termos da **categorização por funcionalização e por identificação**, é muito utilizado como técnica de inclusão determinada pela referência aos atores sociais pela função que exercem ou pela própria definição de si mesmos, como é o caso da reportagem sobre Marta Suplicy citada anteriormente.

Nela o ator social, Marta Suplicy, ainda é determinado pelo cargo que ocupa no governo ou pela participação política que ocupa dentro de seu partido político: a prefeita de São Paulo e a candidata do PT. A **determinação por categorização da identificação**, em termos daquilo que os atores sociais do discurso realmente são, ainda subdivide-se na **identificação por classificação, por identificação relacional ou física**. Isso ocorre quando se identifica uma pessoa num determinado grupo por classificá-la como velha, ou careca, ou gorda, ou homossexual. Essas categorias permitem determinar os atores sociais como pessoas pertencentes a um tipo de grupo social diferenciado de outros, dentro de uma variação histórico-cultural, bem como a identificação do ator através de suas relações sociais de amizade (meu amigo), de parentesco (meu filho) ou de trabalho (meu colega), ou pela identificação de um pormenor físico que o faça único, como num diálogo em que a mãe diria a professora que não quer sua filha sentada atrás daquela gordinha.

Ainda dentro da categoria da **personalização por determinação** (2.a.2), van Leeuwen distingue duas outras categorias: a **sobredeterminação** (2.a.2.5) para se opor a outra denominada **determinação única** (2.a.2.6). Na **sobredeterminação**, a escolha representativa coloca o ator como agente simultâneo de mais de uma prática social, a fim de legitimar as práticas através dos textos. Assim um político profissional também pode ser um professor ou um advogado, ou ainda um ator que na prática social seja um advogado pode ser um político e administrador que governe melhor por ter grande conhecimento das leis. Isso pode realizar-se de quatro formas diferentes.

A realização da chamada **sobredeterminação** acontece **por inversão** (2.a.2.5.1), quando uma prática social se opõe a outra, e aqui van Leeuwen exemplifica com o desenho animado *The Flintstones* onde duas práticas se opõem,

mas não se contradizem à medida que a família é pré-histórica, mas vive como os americanos contemporâneos; **por simbolização** (2.a.2.5.2), quando se representam figuras não-ficcionais no discurso ficcional, como por exemplo, heróis ficcionais caracterizando a prática social de pessoas que lutam pelo bem comum; **por conotação** (2.a.2.5.3), quando o ator social é identificado por um processo de conhecimento mítico, como quando se diz que determinado ator social é francês em sua higiene pessoal; ou **por destilação** (2.a.2.5.4), onde, segundo o autor, a sobredeterminação trabalha o ator social vinculado, por abstração, a uma categoria que não lhe pertence de direito, embora atue nela de fato, como é o caso também exemplificado pelo autor, de professores, advogados, padres, orientadores que não sendo terapeutas também oferecem terapias em suas práticas profissionais.

Quanto ao processo de **impersonalização**, os atores podem ser **impersonalizados por abstração** (2.b.1) no uso de substantivos abstratos, ou **por objetivação** (2.b.2) no caso de terem sua referência associada a um local ou coisa que se relacione a eles, de modo a impersonalizar o verdadeiro responsável por uma determinada atividade. Isso se verifica no *lead* da reportagem da revista Veja de 11/10/2000, “Com discurso social-democrata, o PT agiganta-se nas urnas...” (p. 34). “PT” é ativado de forma a impersonalizar a atividade de “agigantar-se”. Esse processo de impersonalização também acontece com as nominalizações e apagamentos do agente da passiva por manter um caráter impessoal à ação verbal, como pode ser constatado neste exemplo retirado da mesma reportagem da Veja: “Com a consagração das urnas...” (p. 35), de maneira que se pode perguntar: quem consagrou as urnas? E a estrutura através do apagamento do agente da passiva não nos responde à indagação.

Conforme foi exposto anteriormente as categorias de representação dos atores sociais de van Leeuwen fazem parte de uma rede cujos sistemas são interligados

através de consistências lingüísticas que se distinguem e diluem nos aspectos morfológicos, semânticos e sintáticos da análise textual. Por conseguinte, esses aspectos relevantes para uma análise textual, associados à interpretação da prática discursiva, produzem a representação dos atores sociais. Esses, no discurso, podem ser moldados consciente ou inconscientemente na produção de sentidos responsáveis pelas relações de poder investidos na política e na ideologia.

Os discursos eleitorais do PT e do PMDB, que constituem o corpus do presente estudo, serão analisados a partir da congruência entre a teoria de Leeuwen quanto à representação dos atores sociais e as teorias críticas do discurso de Fairclough, com sua ênfase nas estruturas de poder e dominação.

Embora os conceitos de poder e dominação sejam complexos, já que ambos parecem produzidos através de modos intrincados de interação social e discursiva, ao mesmo tempo em que estão organizados e institucionalizados ideologicamente, a ACD os entende como reprodutores ou transformadores das hegemonias existentes. Por isso, procura analisar e revelar o papel do discurso na (re)produção da dominação, além de querer saber quais as estratégias, estruturas ou outras propriedades do texto, escrito ou falado, que desempenham um papel nesses modos de reprodução.

Portanto, qualquer aplicação da análise crítica do discurso estará interessada numa compreensão da produção e reprodução de textos completos, dentro de uma dimensão sócio-cultural, e, conseqüentemente, habilitada a fornecer descrições não apenas formais, mas culturalmente significativas de textos preferencialmente produzidos no exercício do poder social e que deixam transparecer as desigualdades político-culturais.

Para o presente trabalho, cuja finalidade é analisar a representação dos atores sociais no discurso político eleitoral, selecionei, dentre as categorias apresentadas acima, aquelas que me pareceram mais pertinentes e que vão resumidas no esquema em anexo.

CAPÍTULO III

ANÁLISE

O ano é 1998. Fim da campanha política que elegerá o governador do estado do Rio Grande do Sul. Num segundo turno, dois candidatos disputam essa corrida eleitoral: Olívio Dutra pelo Partido dos Trabalhadores e Antônio Britto pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro. A disputa é acirrada e divide as opiniões do eleitorado que vai buscar na história dos partidos e no desempenho dos candidatos um argumento para a justificativa do seu voto. Buscando conhecer a história dos partidos políticos, o gaúcho vê-se encurralado entre as propostas do PMDB, cuja origem política vem do bipartidarismo imposto pela ditadura militar, quando, então, os extintos MDB (Movimento Democrático Brasileiro) e Arena (Aliança Renovadora Nacional) representavam o cenário político brasileiro, respectivamente como partidos de esquerda e de direita; e o PT (Partido dos Trabalhadores), nascido da luta sindical dos trabalhadores com apoio da Igreja e de setores da esquerda, um partido de tradição revolucionária, calcado no ideologismo socialista e na derrubada do capitalismo. Quando da reforma partidária do governo de abertura política do presidente João Baptista Figueiredo, o MDB, constituído por conservadores, liberais e elementos de esquerda, trocou o nome para PMDB e a Arena formou o PDS (Partido Democrático Social), enquanto outros grupos se organizaram formando partidos, dentre eles o PT.

Acompanhando a linha sindical, Olívio Dutra caracteriza o PT de primeira linha, preocupado com a luta de classes, com a valorização do operariado da cidade e do campo, e com a invasão estrangeira no mercado nacional. Mas sua gerência para esses problemas é premiada por um discurso ameno através do qual propõe o diálogo para tratar dos reais problemas da comunidade, deixando de lado o tom revolucionário, marcado por uma linguagem agressiva, própria de um movimento cuja postura política clama por transformações. Assim, o discurso petista passa a ter a aparência de social-democrata e, como partido político consolidado, nessa eleição para governador de estado coliga-se com outros partidos de esquerda, como o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e Partido Comunista do Brasil (PCdoB), criando a Frente Popular, respaldada pela consagração petista nas urnas para prefeito da capital do Estado por dois mandatos seguidos.

Já Antônio Britto, então governador do estado e candidato representante do governo à reeleição, tem sua vida política iniciada com o processo de redemocratização do Brasil, na eleição de Tancredo Neves para presidência da república. Naquela época, Britto aparecia na mídia como jornalista e porta-voz do governo que, entre outras aparições, noticiava periodicamente o estado de saúde do então recém eleito presidente do Brasil, que morreu antes de assumir o mandato presidencial. O comunicado da morte em rede nacional foi proferido pelas palavras solenes e emocionadas de Britto. Dessa forma, Britto embrenhou-se no PMDB, pelo qual, anos depois veio a concorrer a governador do estado do Rio Grande do Sul (1994-1998). Para a reeleição em 1998, sua plataforma é marcada pelo compromisso com o progresso da região sul, pela adequação partidária com o presidente da República e com onze os partidos coligados que formavam a frente "Rio Grande para todos".

Nesse panorama político chega-se à época em que a campanha eleitoral tem seu prazo final esgotado para os candidatos propagarem suas idéias e seus programas políticos através do rádio, da televisão ou de eventos públicos como comícios.

São esses comícios de fechamento de campanha, feitos em praça pública para um grande número de pessoas interessadas em ouvir o que um determinado candidato, que precisa do voto para colocar suas idéias em funcionamento, tem a dizer, que merecem ser analisados, pois cada palavra, num evento desse porte, ecoa como uma poesia encantadora, um sonho possível de ser realizado, e o povo reage, vibra, vaia, aplaude, realmente acreditando no que está vendo e escutando. Isso caracteriza um acontecimento único da expressividade lingüística e retórica, que ao ser analisado e compreendido sem a influência inibidora das emoções momentâneas, pode desvendar a verdadeira faceta de cada discurso político eleitoral, mais precisamente, daqueles que constituem os discursos de encerramento da campanha eleitoral do candidato pelo Partido dos Trabalhadores (PT), Olívio Dutra, no dia e 21/10/1998, no Largo da EPATUR em Porto Alegre e do candidato pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Antônio Britto, no dia 30/09/1998.

Assim, demarcado historicamente o evento, vêem-se dois candidatos concorrendo no segundo turno da campanha eleitoral para governador do Estado. Cada um a seu tempo vê-se prestigiado por muitas pessoas, mas também sendo alvo de duras críticas, que de uma forma ou de outra contribuem para o debate entre os candidatos e uma escolha mais consciente dos eleitores.

A forma como o orador se utiliza da linguagem para convencer os eleitores da sua capacidade política de gerenciar o bem-comum só poderá ser

constatada através de uma análise discursiva textualmente orientada em seu contexto verbal e situacional. Aqui convém citar Fairclough (2001, 153), quando afirma que:

(...) quando se 'relata' o discurso (...) se escolhe representá-lo de um modo em vez de outro; e o que está sendo representado não é apenas a fala, mas também a escrita, e não somente seus aspectos gramaticais, mas também sua organização discursiva, assim como vários outros aspectos do evento discursivo...

A citação de Fairclough sugere um aspecto metodológico de análise que abrange as relações sociais entre os participantes de um evento onde o que se diz está diretamente ligado com a subjetividade e a intenção dos interlocutores, ou seja, o acontecimento promove o sentido da linguagem, determinando a função social do discurso.

Este trabalho escolheu, portanto, para a análise dos dois discursos de final de campanha, fazer um levantamento dos aspectos lingüísticos de relevância e verificar as diversas formas de representação dos atores sociais, segundo as categorias de van Leeuwen, dentro da metodologia mais ampla proposta por Fairclough. Num processo de interdiscursividade, o trabalho de análise também se ocupará, no caso do discurso petista, com a inclusão dos textos musicais relacionados ao discurso do candidato e com o evento discursivo, cuja temática era a vitória de um partido realmente preocupado com as transformações sociais, na medida em que esses textos oferecem um caráter de heterogeneidade ao sistema discursivo.

A partir desse contexto situacional de fundamental importância para uma análise lingüística preocupada com mudanças sociais e culturais é possível começar a se investigar os discursos de forma interpretativo-descritiva. Para isso, em primeiro

plano me ocuparei de analisar o discurso de Olívio Dutra e, posteriormente, já em um nível de comparação, traçarei um paralelo desse discurso com o discurso de Antônio Britto.

1. O DISCURSO DE OLÍVIO DUTRA

Começa-se, pois, o trabalho de análise pelo discurso do candidato da Frente Popular, Olívio Dutra, transcrito abaixo:

TEXTO

Data: 21/10/98

Lugar: Largo da EPATUR - Porto Alegre

Nós estamos aqui nesse ato onde já ouvimos a boa música nossa.

(música)

Ouve o canto gauchesco e brasileiro

Dessa terra que amei desde guri

A voz do meu largo naquela canção que um dia nós haveremos de tornar convivência do nosso povo gaúcho.

(música)

*E mostrar para quem quiser ver
Um lugar pra viver sem chorar
É o meu Rio Grande do Sul
Céu, sol, sul, terra e cor
Onde tudo o que se planta cresce
O que o mais floresce é o amor*

É uma terra onde nós podemos viver sem chorar; Onde nós podemos chorar de alegria .

(música)

Olívio, a estrela vai brilhar.

Nós ouvimos aqui os violinos dessa orquestra sinfônica que me honra dizer orquestra sinfônica, meus amigos do Olívio Dutra. E nós teríamos tantos cantores, cantoras, produtores culturais, compositores, músicos ...

(música)

Seu povo quer é trabalho

Saúde, felicidade

Por isso vota no Olívio

Governador de verdade

Porque nós temos um projeto. Porque nós temos um jeito de fazer política na relação fraterna, direta com as pessoas. Nós temos um projeto em que as pessoas são o centro das nossas preocupações. Por isso, a política para nós não é uma política imediatista. A política pra nós é a extensão da nossa vida, a afirmação pra nós como seres humanos, a sementeira que nós fizemos e somos milhares a fazer essa sementeira; mostrar o que nós semeamos com mão boa e o tempo reverte e a gente começa a ver nos olhos o faiscar da cidadania, no semblante a indignação de quem quer mudança e quer ser sujeito dessa mudança.

(espaço de tempo)

Nós estamos muito próximos sim da vitória (...) Mas ela ainda não está presa aqui no nosso pulso. Nós temos ainda uns passos à frente. Esses passos têm que ser dados por todos com firmeza, mas também com muita alegria, muito entusiasmo, porque esse estado e esse país hão de ser o estado e o país da participação cidadã que nós queremos inaugurar a partir do ano que vem. Boa luta pra todos vocês!

Esse discurso foi proferido em um grande comício no dia vinte e um de outubro de mil novecentos e noventa e oito no Largo da EPATUR em Porto Alegre. Nesse lugar foi montado um grande cenário com luzes e cores para que o público presente pudesse participar da festa de encerramento da campanha política do candidato Olívio Dutra pelo Partido dos Trabalhadores para governador do Estado do RS.

Nessa festa também houve a participação dos candidatos do PT para deputado estadual e federal, assim como candidatos do partido para o Senado Federal. Os discursos são calorosos e vibrantes. No discurso de Olívio Dutra, além dessas características, perpassa um tom simultâneo de solenidade e poesia que ressalta das palavras repetidas, dos espaços de tempo entre uma palavra e outra, das reticências que deixam o silêncio falar por mil palavras não ditas. Todavia, esse

estudo analítico se ocupará com o dito, com a palavra feita em sentido no texto e, portanto, a análise do discurso de Olívio Dutra começará exatamente pelo aspecto da organização textual, investigando sintática e semanticamente a posição dos pronomes e verbos, a escolha adverbial e dos nexos frasais. Paralelamente a esse estudo estrutural, aspectos como agência das ações verbais e pressuposições marcadas no texto serão devidamente analisadas.

Por esse caminho da análise textual se chegará a identificar a maneira como o candidato, o oponente e os eleitores são representados como atores sociais no discurso, utilizando algumas das categorias da representação social propostas por van Leeuwen e explicitadas pelo esquema que fecha o capítulo anterior.

A frase inicial do discurso de Olívio Dutra - "Nós estamos aqui nesse ato onde já ouvimos a boa música nossa" - já nos fornece importantes elementos para uma análise da representação dos atores sociais. A construção das entidades sociais através da escolha de pronomes pessoais em posições de sujeito constitui os sujeitos sociais ao longo do discurso de Olívio Dutra, da seguinte forma: o pronome pessoal de 1ª pessoa do plural - nós - como sujeito da maioria das orações, refere-se ao eu-emissor e aos receptores. Mas num primeiro momento o *nós* é uma referência exofórica, na medida que o receptor ainda não teve acesso ao ator social que associado ao *eu* do emissor formará o *nós*. Até o discurso revelar o segundo elemento da sociedade, o receptor, sem a informação, busca a referência em entidades variáveis de acordo com a sua interpretação, caracterizando assim a exófora e, segundo Harweg (*apud* Marcuschi, 1983, 23), um início êmico ao discurso. Além disso, sabendo-se que os pronomes pessoais são normalmente omitidos na língua portuguesa, porque as desinências verbais bastam, em regra, para indicar a pessoa a que se refere o predicado, pressupõe-se que o emprego

repetitivo, principalmente do mesmo pronome, sirva para chamar a atenção para a pessoa do sujeito (“nós estamos”), o que continua ao longo do texto, como em “nós podemos” e “nós temos”, dando a entender que as ações serão executadas sempre numa ação conjunta do eu + o ator social vocês, revelado ao longo do texto.

Ao mesmo tempo, analisando-se as formas verbais que acompanham o pronome nós, notamos que em "nós podemos" e em "nós temos", os verbos *poder* e *ter*, devido à sua força expressiva estar muito ligada à idéia de posse vinculam toda essa sua carga semântica e conseqüentemente a sua transitividade ao possuidor, que, gramaticalmente é o sujeito "nós", constituindo-se como um ator social ativo da expressividade contextualizada do predicado. Essa idéia de posse já embutida no próprio significado dessas ações verbais, levanta o subentendido de que quem pode, tem e quem tem, pode ter. Dessa maneira, o agente do processo verbal, "nós", realçado a todo o momento no discurso, passa a confundir-se com um "eu maior", dominador, capaz de sobressair-se sobre todas as outras pessoas gramaticais e personificar-se como solução para todos os problemas sociais, sendo ele mesmo a vitória: "nós somos". Portanto, "nós" equivaleria a um estado das coisas representadas por "um jeito", "um projeto", "um viver". Além disso, essa forma pronominal pluralizada do próprio eu (nós) parece, por vezes, minimizar o tom impositivo e pessoal do discurso, causando a impressão de que o dizer do emissor é o reflexo do pensamento coletivo, como em "Nós temos um jeito de fazer política".

A presença do nós ainda é percebida nas expressões também repetitivas "para nós" em que o pronome, antecedido da preposição *para*, estabelece uma relação circunstancial de julgamento, ou seja, o julgamento que é feito por *nós* é o que importa, embora se saiba que existem outras formas de se pensar. A expressão “para nós” aqui equivale à expressão "na nossa opinião", o que demonstra mais

claramente a vontade de cumplicidade do político com seu eleitor ("A política para nós é a extensão da nossa vida,...") e ratifica a idéia de pensamento coletivo. Como consequência do emprego do sujeito "nós", o pronome possessivo *nosso* apresenta-se necessariamente, em sintagmas como "*nosso* povo gaúcho", "nossas preocupações", "extensão da *nossa* vida", "*nosso* pulso", para reforçar o sentido de posse do sujeito. Essa constatação poderá ser confirmada pela análise semântica dos substantivos *povo*, *preocupações*, *vida* e *pulso*, que exercem a função de núcleo desses sintagmas nominais, e pela posição desses mesmos sintagmas na oração. Além disso, o "*nosso*" deslocado da frase inicial do discurso "*a boa música nossa*", reinterpretado sintaticamente funciona com atitude muito mais adjetiva do que pronominal. Ao dizer "*música nossa*", o candidato enfatiza justamente a idéia de posse impregnada na palavra, uma idéia adicional de caracterização acentuando o caráter marcadamente distintivo da palavra "*música*", que passaria despercebido se a expressão estivesse ordenada conforme o uso comum do pronome antecedendo o substantivo, isto é, a nossa boa música.

Quanto a aspectos semânticos, tem-se na palavra *povo*, que aqui é relacionada aos eleitores, a visualização de um grande número de pessoas reunidas. No caso de "nosso povo" o emissor ao mesmo tempo em que não se coloca como uma dessas pessoas, ainda deixa claro que ao "*nosso povo gaúcho*" será imposta uma modificação de "convivência" ("nós haveremos de tornar convivência do nosso povo gaúcho"). A imposição está em excluir o povo da participação de sua própria mudança. Em "nossa vida", a palavra *vida* adquire um valor semântico coletivo que anula a liberdade individual de ser dono de sua própria existência, e assume assim um viver também com preocupações iguais a de todas as pessoas.

Nas duas expressões analisadas acima o pronome possessivo *nosso* apenas aparenta a inclusão dos interlocutores no plano político do emissor, e, mesmo assim, de forma passiva. Mesmo quando se refere ao "nosso pulso" na posição sintática de adjunto adverbial de lugar em "ela ainda não está presa aqui no nosso pulso", a idéia contida no discurso aponta para um sentido majestático, pois o pronome demonstrativo "aqui", apontando para o pulso do emissor, mostra, metaforicamente, que o emissor é o único ator representado. Através desses detalhes gramaticais, ficam duas pressuposições: uma de que o *nosso* poderá ser apenas uma alusão majestática ao *meu* e assim *nosso pulso* deverá ser entendido por *meu pulso*, e outra, de que o domínio se dará com a energia que emana da firmeza do pulso (esse aqui!) do emissor e não do pulso de todos os eleitores. Dessa maneira, o "nós" ora parece realmente incluir o eleitorado, ora parece apenas abusar de uma técnica retórica de persuasão, criando-se assim uma ordem de discurso contraditória onde elementos autoritários coexistem com elementos democráticos e igualitários.

Uma outra forma persuasiva se mostra na superfície do discurso pela palavra *ainda* em "Mas ela ainda não está presa...", aplicando uma estratégia que espera comprometer os interlocutores com a campanha eleitoral que caracteriza o discurso desse evento político. O enunciado pressuposto pelo *ainda* é introduzido pelo *mas*, que segundo Ducrot (1983) é o "operador argumentativo por excelência", com a intenção de convencer o eleitor a não desistir, a perseverar na "luta" que levará à vitória. No texto, a palavra "luta" trabalha com o pressuposto de que é preciso o ato de agir como lutar, dando à agência desse ato ao sujeito "vocês", excluindo o "eu" do compromisso que tinha anteriormente com o "vocês". Isso quer dizer: o "eu" está incluído nas questões de incentivo e até mesmo de comando das

ações como agente participativo de uma causa idealizada e idealizadora, respectivamente pelos e para os interlocutores, mas automaticamente excluído quando o enunciado discursivo apela efetivamente para a ação ("Boa luta para todos vocês!"), para que a vitória seja, na verdade, a vitória do "EU".

Neste caso, a conclamação à participação popular utilizando-se de uma terminologia eminentemente bélica, através da palavra "luta", transmite a idéia de que nenhuma guerra pode ser vencida sem o respaldo do povo ("todos vocês"), na figura dos eleitores. Aqui o discurso do candidato adquire um tom de guerra já antes manifestado em palavras e expressões como "indignação", "não se submete" e "vitória", mas que agora parece ser declarado a um inimigo, um ator social não nomeado, embora subentendido metaforicamente como o candidato oponente. Dessa forma, essas palavras servem como um registro dos objetivos básicos do ato retórico, deixando estabelecido que é o povo primordialmente que supre as fileiras de qualquer exército. Isso é textualmente dito em: "Nós estamos muito próximos sim da vitória. (...) Nós temos ainda uns passos a frente. Esse passos têm que ser dados por todos com firmeza,...".

Num plano mais genérico, podemos dizer que a metáfora básica é formada desde a composição da coligação partidária com os outros partidos de esquerda supracitados. O nome Frente Popular tanto pode ser lido como a expressão do povo como pode ser interpretado, e aí vai ao encontro das palavras no discurso de Olívio, como o comprometimento do povo de servir como força de resistência ou ataque.

De acordo com Fairclough (2001, 156), as pressuposições são formas efetivas de manipulação que requerem um receptor interpretativo e com conhecimento prévio de textos anteriores. Para o autor elas contribuem para a

constituição ideológica dos sujeitos, e podem ou não ser identificadas seguindo algumas pistas formais na organização textual. As pistas deixadas pelo discurso de Olívio Dutra encaminham essa análise dos pressupostos para o foco da intertextualidade como uma das formas de definição dos papéis dos atores sociais na ordem do discurso político-partidário, como foi visto na análise textual pelo começo êmico e pela forma exofórica do pronome pessoal de primeira pessoa do plural, nós, introduzindo o discurso em questão.

Por isso, a análise feita até aqui privilegia aspectos gramaticais relacionados com a estrutura sintática das palavras e sintagmas na oração, direcionando para um posterior estudo da ação social dos participantes do discurso, e suas representações como atores sociais nesse mesmo discurso.

Quanto à relevância dada à pressuposição na análise em andamento, acredita-se ser esse aspecto um demonstrativo de heterogeneidade constitutiva (Authier-Révuz 1990), que no dizer dos analistas de discurso de linha francesa, é a configuração de convenções discursivas que entram na produção de um texto se opondo à intertextualidade manifesta, onde outros textos são inseridos no texto-base de forma explícita. Como Fairclough (2001, 137), adotar-se-á o termo interdiscursividade para a forma de intertextualidade constitutiva, por se entender que o texto é a materialidade do discurso enquanto é através da análise textual que temos acesso à heterogeneidade do discurso.

Essa heterogeneidade discursiva, representada no discurso de Olívio Dutra pelas letras das músicas que intercalam o discurso-monólogo do candidato, é chamada por Fairclough (2001, 114) de intertextualidade manifesta, na medida em que o discurso se constitui por meio de outros textos específicos, manifestando-se claramente como as músicas inseridas no texto de Olívio, cujo conteúdo temático

acentua a relação dinâmica entre as diferentes vozes representativas de estilos e gêneros discursivos também diferentes, mas que se integram ao modo retórico do texto político.

Como se viu, o pronome possessivo acrescenta uma noção de posse à pessoa gramatical, funcionando no sintagma nominal como um determinante do substantivo na relação que se cria entre possuído e possuidor. No caso do discurso político em questão, a carga semântica do pronome possessivo acentua o caráter enfático de poder, de majestade do cargo de candidato a governador, como em "A política para nós é a expressão da nossa vida..." e ainda "... onde já ouvimos a boa música nossa".

Também nas letras musicais que, como vimos, constituem a intertextualidade manifesta no discurso, o pronome possessivo *meu* e *seu* ocupam um papel enfático para o sentido referencial de pessoa gramatical. Isso quer dizer que no verso "É o meu Rio Grande do Sul", o referencial recai sobre a 1ª pessoa do singular (eu), transferindo a posse do estado a um só agente controlador (eu); enquanto que em determinado verso de uma outra música também inserida no discurso, o pronome *seu* - "Seu povo quer é trabalho/ Saúde, felicidade/ Por isso vota no Olívio/ Governador de verdade" - ao mesmo tempo em que se apropria do *povo*, possibilita a ambigüidade na identificação do possuidor, no caso, do *povo*. A ambigüidade é conseqüência do verso "Olívio, a tua estrela vai brilhar", anteriormente mencionado. A dúvida recai na possibilidade de o povo ser o povo do Rio Grande do Sul ou o povo do Olívio, ou, ainda em várias outras indagações como: afinal, quem é esse povo que quer trabalho, saúde, felicidade? São as pessoas representativas de todos os gaúchos? Ou são as pessoas que compõem o eleitorado do PT? Ou, ainda, poderão ser as pessoas que se fazem presentes nesse

dado comício de encerramento de campanha? Ou, por fim, pode ser a comunidade, família, escola, igreja,... a que cada um dos ouvintes presentes ao comício pertence? O verso deixa no ar, mas o contexto parece nos responder que o *povo* a que o candidato se refere, aquele "que vota no Olívio" e que "quer trabalho, saúde, felicidade", obviamente só pode ser formado por qualquer pessoa. Note-se, portanto, que a argumentação persuasiva busca convencer o eleitor a participar de uma jornada política capaz de eleger um partido que supra as necessidades almejadas por todas as pessoas.

Volto a frisar que esses aspectos gramaticais e semânticos até aqui levantados ajudarão a identificar os papéis dos atores sociais no discurso e, a partir disso, questionar as diferentes práticas de política social. Dessa forma, se está compreendendo a ordem com que van Leeuwen orienta sua análise para chegar à definição do papel do ator no discurso. Para o autor, além da agência sociológica nem sempre ser realizada pela agência lingüística, ou seja, nem sempre o sujeito da oração é o agente social no discurso, há também uma suposição de que o significado pertence à cultura e não à língua. Concordo com o autor que o sentido provém de uma determinada cultura na identificação das categorias sociais, porque se pensa, como um analista de discurso, que os estudos de linguagem ligados à interpretação do enunciado refletem a ideologia do emissor dentro de uma determinada prática social. Por isso, o presente estudo começa pela investigação dos aspectos lingüísticos, semânticos e morfossintáticos, que servirão como base para a identificação das categorias de representação relevantes para os discursos políticos eleitorais, tais como os processos de exclusão e inclusão dos atores sociais nesses mesmos discursos.

Ao realizar a análise da representação dos atores sociais em um texto jornalístico, Leeuwen (1997, 171) explica que, embora as escolhas representacionais por ele propostas estejam ligadas a “realizações lingüísticas ou retóricas específicas”, “o [seu] primeiro foco [incidirá] primordialmente em categorias sociais (nomeação, agência, etc...) em vez de categorias lingüísticas (nomeação, apagamento do agente da passiva, etc.) e, como tal, a rede de sistemas (...) irá abranger uma variedade de fenômenos lingüísticos e retóricos, tendo como elemento centralizador o conceito de ‘ator social’ e não um conceito lingüístico como, por exemplo, o grupo nominal” (p. 172). É esta mesma prática que procurei seguir até aqui.

Resumindo van Leeuwen, a questão colocada é de investigar como as práticas sociais se transformam em discursos sobre elas mesmas, ou seja, como a rede de sistemas com foco nas categorias sociológicas reconhecidas por van Leeuwen para representar os atores sociais fazem parte de um projeto maior do autor que, na verdade, tem a finalidade de desenvolver um estudo comparativo que demonstre as diferenças existentes entre a realidade das práticas sociais e os discursos formulados sobre elas. Diz o autor que no discurso as práticas sociais são representadas não só pelos atores, como também por um conjunto de fatores, inclusive fatores emocionais, que podem refletir outras representações da mesma prática social.

Mas, neste trabalho, fiquemos com a idéia básica de van Leeuwen, a da representação dos atores sociais no discurso, e com a conclusão de que os aspectos lingüísticos são imprescindíveis para a compreensão do papel assumido por determinado ator social. Por isso, a presente análise crítica dos discursos políticos do PT e do PMDB em campanha para governador do estado do Rio Grande

do Sul, no ano de 1998, realiza em primeiro lugar uma investigação textual que posteriormente permite identificar as categorias sociológicas nos dados discursos.

Passando, pois, a aplicar a teoria de van Leeuwen sobre a representação dos atores sociais no discurso analisado até aqui, observaremos com atenção específica as duas categorias básicas do estudo da representação propostas pelo autor: a exclusão e a inclusão, e, aprofundando o conhecimento sobre esta última, os processos que dizem respeito à ativação ou passivação, generalização ou especificação, assim como as formas contrárias de personificação e impersonalização dos atores sociais no discurso.

Os atores sociais – "candidato" e "eleitores" – que fazem parte do discurso de fechamento de campanha política do candidato Olívio Dutra para governador do estado do Rio Grande do Sul são representados, conforme já analisado, pelo substantivo próprio "Olívio", pelo pronome de tratamento "vocês" e pela 1ª pessoa do plural "nós" se referindo a Olívio e eleitores, juntamente com suas respectivas formas possessivas. Mas há, além desses, um ator social que chamaremos de *oponente*, cuja representação é encoberta no discurso numa estratégia de não nomeá-lo para que o eleitor não lembre de sua existência como concorrente. Assim, cria-se uma prática de ironia como se o *oponente* fosse irrelevante na concorrência eleitoral.

Esse encobrimento passa-se a configurar através da expressão retórica "para nós" em "para nós a política não é uma política imediatista..." e pelo uso do verbo "mostrar" na forma de infinitivo, funcionando como participante gramatical em "mostrar o que nós semeamos...". Num exame mais detalhado desses atos retóricos, a proposição dada pela pressuposição no primeiro caso e pelo subentendido no segundo caso, nos indica que, no primeiro caso, se "para nós a política não é

imediatista", para os *outros*, os *opponentes*, a política é imediatista, caracterizando o encobrimento que só é recuperado pela pressuposição. No segundo caso, o verbo "mostrar", que na sua forma infinitiva estende a agência para uma forma impessoal e eterniza o aspecto temporal, nos indica nessa estrutura oracional o objeto para o qual o sentido do verbo se dirige, ou seja, a alguém. Mas quem? A resposta pode ser: para qualquer pessoa, ou para os eleitores, ou até mesmo para os opositores. Assim o que o discurso nos diz através do verbo *mostrar* é que não importa o quem nem quando alguma coisa será mostrada, mas essa coisa será mostrada.

A exclusão, embora se apresente de forma encoberta, nesse discurso eleitoral de fechamento de campanha política para governador, acontece num grau de frequência muito baixo, excluindo apenas um ator social (oponente), e se revelando importante na medida em que anula explicitadamente um dos dois atores sociais mais envolvidos no processo eleitoral, o candidato-opositor, que com o candidato-emissor do discurso disputa os votos de um mesmo eleitorado. Isso vem ao encontro do que van Leeuwen (2001, 180) afirma sobre a inclusão e a exclusão dos atores sociais, que "[a]s representações incluem ou excluem actores sociais para servir os seus interesses e propósitos em relação aos leitores a quem se dirige" e pode ser comprovado pela percentagem dos padrões de inclusão e exclusão do discurso de Olívio Dutra (Quadro 1), que mostra os atores sociais em relação aos atores gramaticais referidos no texto. Portanto, os atores sociais, que no texto se representam pelo substantivo próprio e pelos pronomes pessoais e possessivos -- Olívio/meu; nós/nosso -- são os seguintes: Olívio Dutra, eleitores, Olívio e eleitores.

QUADRO 1 – OLÍVIO - INCLUÍDOS E EXCLUÍDOS

<i>REPRESENTAÇÃO/ ATORES</i>	INCLUÍDOS	<i>ENCOBERTOS</i>	SUPRIMIDOS
Olívio (Olívio)	17%	0%	0%
Vocês (eleitores)	7%	0%	0%
Nós (Olívio e eleitores)	76%	0%	0%
Oponente (Britto)	0%	100%	0%

1.1 O processo de inclusão

Incluir ou excluir um ator social num determinado evento discursivo é a consequência de numa prática social estruturada para servir a uma formação ideológica. Por isso, é interessante que se perceba, atravessando os caminhos da

análise textual e da interpretação das relações de sentido entre as palavras, a representação imposta no discurso do papel desempenhado pelo ator social incluído, até por que a exclusão só poderá ser percebida numa comparação crítica de diferentes representações da mesma prática social.

Quanto à metodologia da análise estrutural do texto para se chegar ao reconhecimento dos atores incluídos no discurso, Fairclough (2001, 106) pensa que:

(...) estrutura textual também diz respeito (...) a aspectos superiores de planejamento de diferentes tipos de texto (...). Tais convenções de estruturação podem ampliar a percepção dos sistemas de conhecimento e crença e dos pressupostos sobre relações sociais e as identidades sociais que estão embutidos nas convenções dos tipos de texto.

O processo da representação dos atores sociais estudados a partir da estruturação textual encontra no conceito de hegemonia uma explicação para o entendimento da distribuição dos papéis de agente e paciente no discurso. Para isso busco em Gramsci o conceito de hegemonia num modo de teorizar a mudança das relações de poder que permite a mudança discursiva e conseqüentemente a reestruturação da representação do ator social. Para Gramsci (1971), hegemonia é o domínio psicológico dos Aparelhos de Estado sobre a multidão quanto a fatores econômicos, políticos, culturais e ideológicos de uma sociedade. Para o autor, a luta hegemônica não se resume apenas ao confronto das ideologias, mas penetra no senso comum, que se expressa em frases feitas, gírias verbais típicas, em gestos automáticos, em modos mais ou menos padronizados de reagir a situações diversas.

Diz Gramsci (1971, 329):

(...) a ideologia não deve ser combatida no campo aberto dos confrontos ideológicos, mas no terreno discreto do senso comum, não pelo avanço maciço, mas pela penetração sutil milímetro a milímetro, cérebro por cérebro, idéia por idéia, hábito por hábito, reflexo por reflexo.

Relacionando a concepção de luta hegemônica à contribuição da representação dos papéis sociais no discurso, podemos dizer que as categorias de inclusão dos atores sociais no discurso explicitadas por van Leeuwen acabam explicando o evento discursivo a partir da articulação das estruturas discursivas responsáveis pela reprodução e transformação das relações sociais.

Especificamente no discurso de Olívio Dutra, vê-se em primeiro plano que as categorias de agente e de paciente dos processos verbais são respectivamente representadas pelo pronome pessoal de primeira pessoa do plural -- nós -- e pelo "povo gaúcho", por vezes nomeado como "povo" ou mesmo como "vocês", os eleitores.

A partir de uma explicação baseada em noções gramaticais normativas, o papel ativo dado a "nós" responsabiliza o sujeito por forças dinâmicas do texto através da participação ativa, principalmente no processo verbal da palavra *poder* ("Nós podemos viver... / Nós podemos chorar..."), que constrói no enunciado um efeito modalizante nos verbos *viver* e *chorar*. Esse papel dinâmico também é bastante percebido com os verbos *ter* ("nós temos um projeto/ nós temos um jeito...") e com o verbo não-nocional *estar* em "nós estamos aqui" ou "nós estamos muito próximos da vitória". A incidência dos verbos *poder*, *ter* e *estar* transmitem à agência (nós), na qual há a participação do "eu", uma idéia da factualidade do predicado, no sentido de representar um fato evidente, assim como no caso do verbo *estar*, onde o predicado (representado apenas por um adjunto adverbial) é a constatação circunstancial do lugar ("aqui") assumido pelo agente no decorrer da campanha eleitoral ("nós estamos aqui").

A idéia de factualidade aí pode ser compreendida pela ligação que é dada à agência: "nós (estamos) aqui" e "nós (estamos) muito próximos". Ainda ocorrem processos de ativação ou passivação em estruturas sintagmáticas em que o pronome possessivo atribui à agência uma posse ativa ou passiva. Se passiva, a posse revelará um ator passivo que poderá se apresentar assujeitado ou beneficiado com a passividade, isto é, o ator social assujeitado será tratado como objeto na representação, enquanto que o beneficiado apenas se beneficiará de uma atividade na qual age passivamente. Contextualizada a idéia de posse no texto de Olívio Dutra, tem-se o agente ativo da posse em "a boa música nossa", "nossas preocupações" e "expressão da nossa vida". Nessas expressões, os substantivos são ativados pela posse, ou seja, eles existem na medida em que são possuídos, enquanto que nas expressões "a voz do meu largo", "é o meu Rio Grande do Sul" e "no meu pulso", os substantivos largo, Rio Grande do Sul e pulso agem de forma passiva em relação à posse.

O Quadro 2 a seguir demonstra o percentual de inserções dos atores como ativos, passivos assujeitados ou beneficiados na prática discursiva do discurso político-eleitoral de Olívio Dutra.

QUADRO 2 - Olívio – Inclusão Ativa e Passiva (Assujeitado/Beneficiado)

REPRESENTAÇÃO/ ATORES	ATIVOS	ASSUJEITADOS	BENEFICIADOS
Olívio (Olívio)	50%	0%	50%
Vocês (eleitores)	50%	25%	25%
Nós (Olívio e eleitores)	87%	0%	13%
Oponente (Britto)	100%	0%	0%

No Quadro 3 será apresentado o percentual de agenciamento dos atores sociais em posição de assujeitado ou beneficiado em comparação com a sua participação ativa em geral no discurso.

QUADRO 3 - OLÍVIO – ASSUJEITAMENTO E BENEFICIAMENTO ATIVO

REPRESENTAÇÃO/ ATORES	INCLUSÃO	ATIVA	ASSUJEITADO	BENEFICIADO
Olívio (Olívio)	17%	8,5%		8,5%
Vocês (eleitores)	7%	3,5%	1,75%	1,75%
Nós (Olívio+eleitores)	76%	65%		11%
Oponente (Britto)	0%	0%	0%	0%
TOTAL	100%	77%	1,75%	21,25%

Através do quadro se conclui que do processo geral de atores ativos incluídos (77%) no discurso do PT, 21,25% são agentes do processo que os beneficia.

Outra forma de agenciamento bastante comum nesse discurso até aqui analisado é sob a forma de encobrimento, em que o ator por ser quando identificado pelo receptor é responsável pelas ações que com ele estão encobertas pelo discurso através dos implícitos.

Veja-se:

QUADRO 4 - Olívio – Encobrimento Ativo

REPRESENTAÇÃO/ ATOR	ENCOBERTO	ATIVO	PASSIVO
Oponente	100%	100%	0%

Quanto à generalização ou especificação dos atores sociais nessa amostragem de discurso do PT, a referência textual é totalmente específica se levarmos em conta as condições de produção do discurso, cuja finalidade é angariar votos para um cargo político. Ou seja, é o discurso de fechamento do segundo turno de uma campanha eleitoral para governador do

estado do Rio Grande do Sul. E ainda, é o último discurso de palanque, onde, além da palavra, o orador se vale de uma parafernália de recursos sinestésicos capazes de promover um grande *show* e de entusiasmar a platéia, mesmo após inúmeros outros discursos já feitos no decorrer de três meses de campanha eleitoral.

Por essas informações é que se percebe, mais uma vez, que o "nós" é uma referência a um eu específico somado a "vocês", receptores passivos do discurso, caracterizando a especificação através da assimilação coletiva. A referência a "vocês", apontando apenas para aqueles que estão presentes ao acontecimento, pode ser textualmente provada pelo operador circunstancial demonstrativo de lugar - "aqui" - em "Nós estamos aqui nesse ato...". Essa mesma especificação permite atribuir aos atores sociais, Olívio e eleitores, através da pessoa gramatical "nós", um valor assimilado em si mesmo, em que o agente - "nós" - compõe um grupo personalizado, e identificado não só pelos pronomes pessoais e possessivos, como também através de termos designativos de um coletivo como "povo", "seres humanos" e "gente".

No discurso, o pronome indefinido *todos*, apresenta-se em duas estruturas sintáticas parecidas: "Esses passos tem que ser dados *por todos*" e "Boa luta *pra todos* vocês", que parecem trazer consigo uma idéia, embora vaga, de assimilação coletivizada. Segundo a categoria de indeterminação de van Leeuwen, esse pronome caracteriza tipicamente a indeterminação devido à sua carga de indefinição semântica, o que é confirmado na primeira estrutura em que a palavra *todos* aparece sugerindo que os passos têm que ser dados por qualquer pessoa. Mas quaisquer pessoas desde que sejam juntas, pois é o somatório do voto de cada um que elegerá o governador do estado. Dessa forma, a contextualização do pronome indefinido *todos* faz com que ele adquira a mesma especificação

assimilada que é dada a ele na segunda estrutura pela indicação de que *todos*, são "todos vocês", eleitores simpatizantes do PT, presentes ao ato de término de campanha eleitoral. Nessa segunda inserção, o pronome de tratamento *vocês* se encarrega de determinar a totalidade, resumindo-a também aos eleitores que assistem ao discurso, numa atitude de assimilação coletiva.

No trabalho com as categorias da representação dos papéis sociais de van Leeuwen no discurso de Olívio Dutra, alguns aspectos relevantes merecem ser enfatizados. Note-se, por exemplo, a representação do candidato ao governo como ator social que se apresenta muitas vezes individualizado e nomeado de maneira formal ("Olívio Dutra") ou semiformal, apenas pelo nome próprio ("Olívio, a sua estrela vai brilhar"), e, outras vezes, incluído especificadamente como "eu", através dos possessivos em primeira pessoa do singular ("voz do meu largo"), individualizado em situações de comando ou como "nós", especificadamente assimilado através da coletivização do "eu+vocês (eleitores)". Essa especificação dos atores sociais "Olívio" e "eleitores" é responsável numa ação conjunta ("nós") pelo desenvolvimento do processo de ativação do fazer acontecer. O processo verbal no qual são ativados é elaborado dentro de uma situação retórica cuja finalidade é a interação entre orador e platéia para atingir os efeitos pretendidos.

1.2. A inclusão e a retórica

A inclusão dos atores sociais representados no discurso está associada tanto às formações discursivas quanto aos atos retóricos empregados na comunicação. Os atos retóricos têm a capacidade de mudar atitudes ou levar a ações específicas. O orador ou emissor do discurso usa a linguagem para alcançar a

alma humana e compartilhar os significados pretendidos com seus receptores. Quanto ao aspecto da intencionalidade do emissor numa situação retórica, Karlyn Kohrs Campbell (*apud* Halliday, 1988, 125) oferece a seguinte definição:

Um ato retórico é uma tentativa intencional, criada e elaborada para superar os obstáculos numa dada situação, com uma audiência específica, sobre determinada questão, para conseguir um determinado objetivo. Um ato retórico cria uma mensagem, cujo teor e forma, começo e fim são nela marcados por um autor humano, com um propósito, para uma audiência.

O pressuposto básico do discurso político-eleitoral é a colocação da palavra certa na hora certa. Para tal, o conhecimento de elementos históricos, políticos e culturais são condicionadores do acontecimento discursivo e decisivos para escolha da representação do ator social. No discurso de Olívio Dutra, o único ator social incluído nomeado é Olívio ("Olívio, a tua estrela vai brilhar; "...meus amigos do Olívio Dutra"). Os demais atores sociais são apreendidos pelas pessoas gramaticais e de tratamento - eu, vocês e nós, muitas vezes através de atos retóricos como a pressuposição, os subentendidos e as metáforas.

Os atores incluídos através da pessoa gramatical *eu* e do pronome de tratamento *vocês*, que substitui a segunda pessoa do discurso, são a representação das figuras sociais do candidato Olívio Dutra e dos eleitores, que por vezes é representada pela figura do povo, enquanto há a suposição de uma terceira pessoa, que no caso são o candidato e o partido político oponentes. Essa terceira pessoa só é percebida pela pressuposição contida na negação " política para nós não é uma política imediatista", em que a negação pressupõe uma outra proposição, ou seja, a proposição de que a política é imediatista para *eles*, os oponentes. E mesmo que se pergunte para o texto quem são eles, o texto não responde, criando a exclusão, por

encobrimento do ator social oponente, demonstrando dessa forma uma indiferença disfarçada ao concorrente no discurso petista.

O processo de ativação constante dos atores sociais "Olívio" e "eleitores", que gramaticalmente se processa pelo pronome pessoal *nós*, acontece dentro de práticas sociais diferentes. Olívio é o ator social candidato e emissor do discurso. Ele precisa do voto do eleitor para chegar a exercer um cargo político que lhe concederá determinados poderes. Para esse objetivo se concretizar, o ator Olívio Dutra ativa a sociedade em geral, representada apenas por aquelas pessoas que votam (os eleitores). Para motivá-los, o emissor do discurso inclui os eleitores na caminhada do candidato. Em princípio, o discurso associa Olívio aos eleitores em ações conjuntas atribuídas a verbos cujo aspecto semântico precisa ser construído como *semear, mostrar, começar, ter e querer*. Por isso, é importante a participação efetiva dos eleitores nesse processo que precisa de um resultado numérico acabado. Mas quando a ação de lutar nomeada em "Boa luta pra todos vocês!" é sugerida pelo emissor, nota-se que a pessoa do discurso "nós", gramaticalmente referente a eu e vocês, e socialmente referente a Olívio e eleitores, sofre uma modificação para "vocês", incluindo apenas o papel representativo para os atores sociais eleitores e conseqüentemente excluindo o ator social candidato a governador.

Ainda como conclusão da análise do discurso do candidato a governador pelo Partido dos Trabalhadores, o que deve ser levado em consideração é o fato de o acontecimento que proporciona uma determinada prática discursiva em combinação com a interpretação textual e com a agência lingüística distribuir os papéis que os atores sociais desempenham em representações de inclusão mais específicas.

A especificação assimilada pela coletivização inclui os atores sociais pelo pronome de tratamento *vocês*, que numa totalidade mais específica contextualiza-se em "todos vocês", referindo-se ao eleitorado petista. Assim, há, pela exclusão de outros eleitores, uma diferenciação entre Olívio e seus eleitores de "eleitores-outros" de um "candidato-outro", nunca diretamente referidos no texto que constitui em sentido a retórica do discurso do candidato petista Olívio Dutra.

2. O DISCURSO DE ANTÔNIO BRITTO

Passemos, pois, a conhecer um recorte do discurso de palanque do candidato a governador do estado do RS, Antônio Britto, proferido na noite do dia 30 de setembro de 1998 e assim transcrito:

“Eu quero que vocês permitam que eu comece agradecendo a Deus. Obrigado, Deus, obrigado Deus por ter tomado um menino de Livramento pela mão e com a ajuda do povo do Rio Grande permitido que este menino vivesse a mais linda das noites, a noite de 30 de setembro de 1998. O guri de Livramento, filho da Yolanda, que está lá firme e forte, sempre sonhou em fazer política, mas por mais que quisesse sonhar jamais poderia sonhar que um dia viveria o que estamos vivendo, a emoção que estamos vivendo. Obrigado a todos vocês, vocês estão me permitindo viver esta emoção e esta alegria, vocês que eu vi chegando...”

O João, o João foi agredido pelos outros..., que bom estar num comício onde posso dizer ao Rio Grande que a carteirinha para entrar é por amor ao Rio Grande, respeito aos gaúchos e vontade de construir um futuro. Que bom saber que aqui estão onze partidos, e, olhem, o mais fantástico de tudo, onze partidos e nenhum documento. Não assinamos nada, e a única coisa que dividimos é por de lado a ambição partidária e pessoal em nome de uma única ambição: fazer um Rio Grande vencedor, de gente vencedora, de pessoas vencedoras, municípios vencedores. E outra, queridos presidentes, nós estamos aqui e nenhum de nós precisa falar em hierarquia, precisa falar do passado, precisa mudar de discurso. Nós, que uma vez no passado divergimos, hoje nos unimos em uma única roupagem, uma vontade de um estado onde... um estado em que gente como vocês pode se identificar: “o meu lugar é aqui, este é o meu estado com certeza.” Olhem! Olhem! Nós estamos afirmando isso aos que hoje precisam olhar os gaúchos, olhar para o Rio Grande e dizer sim, nós ainda temos problemas, mas que a cada dia, que aos poucos, estamos fazendo este estado progredir, este estado vai crescer, este estado está melhorando...

Dentro de cinco dias é isso que vai ser de novo...

Foi com esse discurso que o candidato Antônio Britto encerrou seu último comício de campanha eleitoral, que tinha o objetivo de reelegê-lo ao cargo de

governador do estado do Rio Grande do Sul. A candidatura de Britto, na época, recebeu o apoio de dez partidos que unidos ao PMDB formaram a coligação *Rio Grande vencedor*. Por isso, esse evento festivo foi palco de outros discursos, como os pronunciamentos dos senadores José Fogaça e Pedro Simon. Ambos saúdam a platéia jovem, referem-se ao eleitorado feminino do PMDB como a força da mulher na política e enaltecem a postura, a integridade, a honestidade e o espírito público de aglutinação entre outras qualidades do candidato Britto. Também participam do comício outros políticos da linha de frente dos partidos aliados como o vice-governador Vicente Boggo, os então ministros da educação Paulo Renato de Souza, dos transportes, Eliseu Padilha e Romeu Tuma, que juntamente com os candidatos a deputado estaduais e federais ali presentes pedem o voto do eleitorado para a coligação estadual *Rio Grande vencedor*. Na praça em frente à prefeitura onde foi montado o palco para o espetáculo, além da eloqüência das palavras, a música também ecoa provocando a platéia para entrar no clima esfuziante do “já ganhou”. O estado de alegria preparado para contagiar o eleitorado culmina com o tão esperado discurso de Britto, que vem marcado por situações retóricas carregadas por instâncias histórico-políticas individuais apropriadas para sintonizar-se perfeitamente com o momento, pois como determina Lloyal Bitzer, “os seres humanos interagem funcionalmente com o seu ambiente” (*apud* Halliday, 1988, 124), entendendo-se por ambiente todo o espaço físico, temporal e emocional de um evento.

Em seu discurso, Britto usa uma linguagem de nível coloquial e por vezes se vale do vocabulário regional, como no caso de “guri” ao referir-se a ele mesmo quando menino. Nesse sentido é de fundamental importância o tom firme e forte com que Britto realça os sons para expressar ou ressaltar a palavra escolhida na construção do processo significativo do discursivo marcado pela presença de valores

de família, de crença e de tradição.

Quanto aos aspectos de organização textual, o discurso em questão pode ser dividido em duas partes que se distinguem devido a força dos enunciados. Inicialmente, o emissor impõe um desejo (“eu quero”) numa atitude predominantemente autoritária, que passa automaticamente a ser minimizada quando, quase ao mesmo tempo, apela para que todas as pessoas ali presentes permitam que ele faça o que deseja (“que vocês permitam que eu comece agradecendo a Deus”), mas que é revertida quando passa também a impor a Deus a responsabilidade de colocá-lo naquela situação, através de sucessórios agradecimentos (“obrigado, Deus, obrigado, Deus”). Além disso, ainda nessa primeira parte do texto, a força do enunciado está solidificada pela predominância da expressividade com que Britto se apresenta ao eleitor. Segundo seu discurso, ele é um predestinado quando Deus o tomou pela mão e o povo o elegeu seu representante. Com isso, o menino de Livramento se tornou um “guri” de Livramento, evocando assim a tradição gaúcha, que também o fez ser filho de uma mulher firme e forte, como simbologia da mulher rio-grandense que cria o filho para a preservação do nome, da terra e da cultura, e que sonha ser alguém (“sempre sonhou em fazer política”). Assim, no discurso de Britto a interdiscursividade (Fairclough, 2001, 137), cujo foco está nas convenções discursivas, recupera valores como Deus, família e propriedade para marcar a individualidade e a formação do candidato a governador com uma dose de subjetividade impressionante para o processo de interpretação.

Na segunda parte do texto, o discurso ainda é caracterizado pela emoção, principalmente pela repetição de expressões exclamativas como “que bom” e “olhem”. Todavia é nesta parte do texto que o discurso se refrata, desviando-se da figura central do ator social “eu” e passa a refletir a realidade que se objetiva pela

palavra. Com isso, entram em cena os outros agentes sociais da prática discursiva através de indicações muitas vezes pressupostas como é o caso do oponente, que pode ser o ator social “os outros” na passagem “o João foi agredido pelos outros”, ou subentendido como todos aqueles que têm hierarquia, que falam do passado e que mudam de discurso, uma vez que Britto afirma que “nenhum de nós precisa falar em hierarquia, precisa falar do passado, precisa mudar de discurso”.

Outro aspecto a ser evidenciado na análise estrutural do discurso de Britto diz respeito à grande incidência de sintagmas nominais funcionando como apostos responsáveis pelo caráter explicativo e minucioso do discurso. Além disso, o uso dos apostos é uma técnica retórica propositalmente adequada para retomar o termo anterior que se quer enfatizar de forma mais detalhada na oração, para determinar o significado ideacional e interpessoal assumidos pelo emissor na prática discursiva, como se pode constatar em “... a mais linda das noites, a noite de 30 de setembro de 1998.”, “... o guri de Livramento, filho da Yolanda, ...”, “... em nome de uma única ambição, fazer um Rio Grande vencedor, ...”. A escolha oracional estruturada com apostos pode ser aqui analisada em termos do significado ideacional como um sintagma nominal adicional ao significado básico da oração. Esses sintagmas nominais, em termos da significação interpessoal da oração, contribuem para estabelecer um tipo de ator social comprometido com suas próprias raízes ao identificar família, cidade de origem, sonhos de “guri”.

Num todo, o discurso de Britto é marcado por uma entonação criada pelas pausas dos apostos, vocativos, exclamações e discursos-outros manifestados indiretamente, numa interdiscursividade que reitera os aspectos emocionais da linguagem persuasiva do emissor e objetiva alcançar ou, como é o caso em questão, manter o poder.

2.1 PROCESSO DE IDENTIFICAÇÃO DOS ATORES SOCIAIS INCLUÍDOS

O discurso de Antônio Britto deixa evidente a presença dos seguintes atores sociais: candidato/Britto, eleitores, políticos coligados, e oponentes, respectivamente representados pelos pronomes “eu”, “vocês”, “nós”-1 (candidato + eleitores), “nós”-2 (candidato+correligionários) e “os outros”. Esse último é incluído como ator social devido à referência gramatical imposta pelo artigo “os” que substantiva o pronome indefinido, acrescentando-lhe à idéia de indefinição, uma indicação que o determina como contrário ao candidato-emissor, caracterizando dessa forma o candidato-opponente. Temos ainda uma representação social que chamaria de secundária, porque são atores sociais nomeados apenas uma vez no discurso, mas que acho importante mencionar devido ao valor significativo e persuasivo que impõem à retórica do texto, como é o caso de Deus, quando ele agradece a Deus – “obrigado, Deus, obrigado, Deus” -, Yolanda, sua mãe – “filho da Yolanda” -; João, personagem representado no discurso, mas sem referencial que o identifique socialmente, a não ser apenas pelo artigo definido – “o João” – que nos leva a pressupor que todos ali tivessem conhecimento do papel social do mesmo; gaúchos, identificando o povo do Rio Grande do Sul como um todo; além de Rio Grande e este estado, por três vezes nomeados, ambos referindo-se ao estado do Rio Grande do Sul.

Na representação dos atores sociais, Britto, além das formas pronominais, ainda caracteriza na prática discursiva o papel de cada um dos atores mencionados através de pró-formas. Veja-se isso: o candidato Britto (*eu*) também é “um menino de Livramento”, “este menino”, “o guri de Livramento” e “o filho da Yolanda”; os eleitores (*vocês*), também são nomeados como “povo e todos vocês”; Britto e os

políticos coligados são uma outra referência do *nós*, ainda que por uma só vez os políticos coligados sejam nomeados pelo vocativo “queridos presidentes”.

Outra questão gramatical a ser analisada nesse discurso diz respeito às anáforas. Tomando como base que a anáfora constitui-se num seqüenciador pronominal substitutivo, as anáforas mais usadas no discurso de Britto são “eu” para Antônio Britto e “nós” para representar ora o emissor com os eleitores (*nós-1*), ora o emissor com seus correligionários (*nós-2*). O fato é que a impressão inicial de que o pronome de 1ª pessoa do singular como sujeito do verbo *querer* (“eu quero”) na abertura do discurso de Britto crie um tom imperativo, pressupondo a intenção de que *o que eu quero tem que ser feito se desfaz*, quando o emissor troca sua própria representação pelas pró-formas mencionadas anteriormente. Por essa técnica discursiva, o emissor passa a transfigurar-se na representação comum de um menino, um guri, abrandando o *eu* imperioso para um *eu-guri*, bem gaúcho, um guri que tem uma mãe como todos, que sonhava como todos, mas que nunca poderia imaginar “que um dia viveria” esse sonho. O emissor, então, se coloca no discurso como um ator social cuja prática na sociedade pode ser alcançada por qualquer um, bastando ter fé em Deus – “obrigado, Deus, por ter tomado um menino de Livramento pela mão...” -, e humildade para agradecer não só a Deus como aos eleitores – “obrigado a todos vocês...”. Ainda para intensificar a idéia de humildade e reconhecimento da própria representação como tal, o candidato dá a vocês (eleitores) a agência do verbo “permitir”. Isso se verifica em duas passagens da introdução do discurso: “... eu quero que vocês permitam...” e “... vocês estão me permitindo viver...”.

Outra anáfora bastante usada no discurso de Britto é a do pronome de 1ª pessoa do plural (*nós*), que diferentemente do discurso de Olívio Dutra não assinala

para um plural de modéstia, conquanto não faz das suas idéias a expressão do pensamento coletivo. Britto se refere a “nós”, gramaticalmente analisando, na função sintática de sujeito dos verbos “estamos”, “assinamos”, “dividimos”, “divergimos”, “unimos” e “temos”. Com exceção do verbo estar, cujo caráter não-nocional, no texto analisado, aponta para a relação sujeito/ adjunto adverbial (“nós estamos aqui”) ou para a relação do sujeito agente com uma ação contínua através da locução verbal (“estamos vivendo”, “estamos fazendo”), todas as demais formas verbais contentam-se em transitar seu significado para uma idéia definida por um sintagma nominal. Essa transitividade é bem definida principalmente no verbo ter, que no discurso de Britto, em “nós temos problemas”, é sinônimo de *possuir* e apresenta o seu sentido complementado por uma palavra de valor substantivo (*problemas*), cuja carga semântica assinala para uma questão que pede para ser resolvida.

O que quero demonstrar é que no discurso em questão a escolha verbal atenua a noção de comando dada pelo agente *nós*, tão enfática no discurso de Olívio. Olívio concede a essa mesma categoria – “nós” – predominantemente duas ações verbais (*poder* e *ter*). Como esses dois verbos predominam no discurso de Olívio, o sentido que os vincula a idéia de posse, juntamente com a grande incidência dos pronomes possessivos *meu* e *nosso*, produzem o efeito de uma prática discursiva voltada para o comando do poder, que culmina com um enunciado de entonação exclamativo: “Boa luta para todos vocês!”. Britto, por outro lado, dá à “nós”, dentro da categoria de agente social incluído, um papel ativo através de processos verbais menos autoritários. Quando Britto se utiliza do verbo *ter*, o grau da noção de posse do sujeito *nós* é pequeno em relação à escolha lexical da transitividade, pois em “nós temos problemas” o objeto possuído é contextualizadamente um aspecto negativo que diminui a importância do poder.

O quadro abaixo mostra o percentual de inclusão dos atores sociais no discurso do candidato do PMDB:

QUADRO 5 - BRITTO – INCLUÍDOS E EXCLUÍDOS

REPRESENTAÇÃO/ATORES	INCLUÍDOS	ENCOBERTOS	SUPRIMIDOS
EU (BRITTO)	39%	0%	0%
VOCÊS (ELEITORES)	18%	0%	0%
NÓS (BRITTO+ELEITORES)	8%	0%	0%
NÓS (BRITTO+CORRELIGIONÁRIOS)	22%	0%	0%
OS OUTROS (OPONENTE)	3%	0%	0%

2.2 ATORES INCLUÍDOS: PAPEL ATIVO E PASSIVO

Dos atores sociais incluídos no discurso de Britto, apenas o ator social “os outros”, pressupostamente fazendo referência a seus oponentes, assume o papel de agente, num processo onde o sujeito é passivo. É o caso de “... o João foi agredido pelos outros”, onde se subentende que tanto agente como paciente são conhecidos do emissor, com a diferença do **agente-conhecido** serem pessoas do partido oponente, enquanto o **paciente-conhecido**, um aliado de Britto.

Segundo van Leeuwen, no processo de inclusão o agente é o ator e o paciente é representado como finalidade de uma ação (van Leeuwen, 1997, 189). Transportando essa noção para o trecho do discurso de Britto analisado no parágrafo anterior, identifica-se “os outros” como ator social, já que gramaticalmente essa expressão assume o papel de agente do verbo agredir e, se a oração fosse transformada em ativa, teríamos “os outros” como sujeito ativo e, portanto, o tema da frase: *Os outros agrediram o João.*

No discurso de Britto, os atores sociais mais freqüentemente incluídos são “eu” (39%) e “nós”, considerando-se que “nós” por vezes refere-se a Britto e

eleitores (8%) e em outras vezes refere-se a Britto e seus correligionários (22%). Podemos afirmar que o ator social “eu” redistribui e organiza as relações sociais em volta dele mesmo, tanto como participante ativo da maioria dos acontecimentos discursivos como também passivo, desempenhando a função de paciente beneficiado em circunstâncias como “... obrigado, Deus, por ter tomado um menino de Livramento pela mão...”, “... um menino... com a ajuda do povo do Rio Grande, permitido que esse menino... “ e “ ... estão me permitindo viver ...”.

O quadro seguinte mostra como o discurso de final de campanha eleitoral de Antônio Britto realiza a distribuição dos papéis pelos atores sociais mais freqüentemente representados:

QUADRO 6 - BRITTO – INCLUSÃO : ATIVA E PASSIVA

REPRESENTAÇÃO/ATORES	ATIVO	PASSIVO	BENEFICIADO
EU (BRITTO)	67%	0%	33%
VOCÊS (ELEITORES)	100%	0%	0%
NÓS (BRITTO+ELEITORES)	100%	0%	0%
NÓS (BRITTO+CORRELIGIONÁRIOS)	100%	0%	0%
OS OUTROS (OPONENTE)	100%	0%	0%

O ator social “eu”, no discurso de Britto, além de ser o mais incluído é o único beneficiado nas ações de passivas, como nos mostra o seguinte quadro:

QUADRO 7 - Britto – Beneficiamento Ativo

REPRESENTAÇÃO/ ATOR	INCLUSÃO	ATIVA	BENEFICIADA
Eu (Britto)	39%	26%	13%
Vocês (eleitorado)	18%	18%	0%
Nós-1	8%	8%	0%
Nós-2	22%	22%	0%

Os outros	3%	3%	0%
-----------	----	----	----

É, portanto, evidente que no discurso de Britto o “eu” é o ator mais representado e mais representativo de sua prática discursiva, sendo na maioria das vezes sujeito agente das ações protagonizadas, especificadamente de forma individual ou de forma coletiva, processo o qual van Leeuwen chama de assimilação. Para o autor a individualização realiza-se através da singularidade e a assimilação através da pluralidade. Por isso, exemplos de assimilação acontecem em “os outros”, “vocês” e “nós”. A individualização só acontece na representação do candidato emissor do discurso, “eu” = “menino”, “guri”, “filho da Yolanda”, que também o personaliza, determinando-o através de uma nomeação por afiliação de parentesco.

Outra escolha representacional impersonaliza através de substantivos abstratos os eleitores presentes no comício (“vocês”). Para o emissor esses eleitores só estão ali pelo amor e respeito ao povo e à terra e pela vontade de construir um futuro. Ou seja, o amor, o respeito e a vontade os agrega a uma prática comum que, ao mesmo tempo em que os especifica como grupo, os impersonaliza pela abstração dos atos comuns.

3. ANÁLISE COMPARATIVA DA REPRESENTAÇÃO NOS DISCURSOS

3.1 A representação ativa e passiva

Ao comparar as escolhas representacionais no discurso de Olívio Dutra e no discurso de Antônio Britto, constatei que nos dois discursos a inclusão maior é do

ator social que representa o próprio candidato como “eu” ou “nós”. Mesmo considerando-se que no discurso de Britto o “nós” ganha mais uma representação que não é só a do candidato+eleitores como também a de candidato+correligionários, em Olívio o percentual de inclusão da 1ª pessoa do plural no discurso é de 76%, enquanto em Britto é de 30%. Além disso, enquanto a representação dos eleitores em Olívio é de apenas 7%, em Britto essa mesma representação é de 18%. Por fim, a representação do oponente, embora de maneira indefinida, apenas é constatada no discurso do candidato do PMDB, pois no candidato de PT o que chama a atenção é a forma encoberta com que ele representa esse ator social.

Ainda traçando um paralelo entre os dois discursos, notei que a representação dos atores sociais através da 1ª pessoa gramatical (eu) desenvolvendo um papel ativo é grande no discurso de Britto (39%). Isso demonstra que Britto centraliza o discurso no próprio eu, até mesmo quando assume um papel passivo diante de uma ação que só não agencia por que se beneficia em 100% dela. No discurso de Olívio o percentual de representação da singularidade da 1ª pessoa é pequeno em comparação com a pluralidade. Ao se referir a ele mesmo, Olívio pluraliza o próprio eu e se representa num plural majestático como “nós”. Sendo assim, em Olívio, a inclusão da 1ª pessoa soma o percentual ativo de 93% e em Britto 69%. Dos 93% de Olívio, 76% representam o candidato+eleitores, 17% o candidato, enquanto dos 69% de Britto o percentual é distribuído em 8% para candidato+eleitores, 22% para candidato+correligionários e 39% para o candidato. Já os eleitores assumem o maior percentual de papel ativo no discurso do PMDB, ou seja, 18% contra 7% do PT.

Sintetizando o sentido da representação ativa dos atores sociais nesses dois discursos eleitorais que visam a persuadir os eleitores pelas palavras, cheguei até aqui às seguintes constatações:

- 1º) os atores sociais representados em ambos os discursos são: eu, nós, vocês, referindo-se respectivamente a candidato, candidato+eleitores e eleitores;
- 2º) o ator social oponente é representado uma só vez no discurso de Britto como “os outros”, sendo totalmente encoberto por pressuposições e subentendidos no discurso de Olívio; com isso Olívio demonstra conceder uma importância velada ao seu oponente, enquanto Britto trata o seu concorrente político como um todo coletivo de forma indefinida e afastada, embora ambos admitam valores negativos à política do concorrente;
- 3º) o ator social “eu” é mais ativo no discurso de Britto e as marcas de sonoridade autoritária imbutidas na expressividade desse eu-candidato são notadamente percebidas na parte inicial de seu discurso; no discurso de Olívio é percebida a exclusão do “eu” na composição do “nós” (Olívio+eleitores) quando da enunciação de comando que finaliza o discurso transcrita a seguir: “Boa luta pra todos vocês!”.
- 4º) o ator social “nós” como referência ao candidato+eleitores é bem mais ativo no discurso de Olívio através de evidências lingüísticas já demonstradas anteriormente pelo agenciamento de verbos e pronomes com sentido possessivo; acrescente-se a isso a idéia de posse marcadamente sentida no discurso de Olívio;

- 5º) no discurso do PT e do PMDB o ator social “eu” sofre o processo de passivação beneficiada em 50% e 33% respectivamente, demonstrando que quando o “eu” não aparece como agente um outro ator o substitui apenas para continuar promovendo-o;
- 6º) o ator social representado por “vocês” referindo-se aos eleitores ganha um destaque muito maior no discurso de Britto. Britto, na prática discursiva, destaca separadamente os atores sociais “eu” e “vocês” como na prática social o eu é o candidato e o vocês são os eleitores.

3.2 QUANTO ÀS DEMAIS CATEGORIAS INCLUÍDAS

- 1º) Do ponto de vista do papel social do ator “eu”: em ambos os discursos esse ator é personalizado e especificado por individualização. A diferença é que em Britto a determinação do “eu” sofre um processo de nomeação por afiliação, ou seja, o ator social “eu” também é determinado por um grau de parentesco: “filho da Yolanda”; e, em Olívio a determinação do “eu” obedece à nomeação semiformal, onde se identifica o papel do ator social diretamente através de seu nome e sobrenome: “meus amigos do Olívio Dutra”. Dessa forma, os dois discursos procuram representar o próprio candidato-emissor como uma terceira pessoa: em Britto, um menino como outro qualquer, pois todos nascemos de uma mãe; e, em Olívio, a individualização age como marca registrada própria de um indivíduo, Olívio Dutra, que é conhecido por todos, como determina o artigo definido “o” a antes do substantivo próprio.
- 2º) do ponto de vista do papel social do ator “nós”: no discurso de Olívio esse ator social é um substitutivo da representação conjunta dos

atores “Olívio+eleitores” incluído 76%, enquanto no discurso de Britto, o “nós” tem o papel social substitutivo tanto de “Britto+eleitores” como também de “Britto + correligionários”, mas com numa percentagem de inclusão muito menos freqüente (30%). Mesmo assim a representação se mostra nos dois discursos na categoria de especificação assimilada por coletivização, devido a sua forma única e pluralizada de agrupar um determinado número de pessoas. Pelo caráter de pronome pessoal o *nós* é por si uma categoria de personalização, que nos discursos é determinada numa categoria que se pode identificar como pessoas que participam da vida política do seu país.

3º) do ponto de vista do papel social do ator “vocês”: os dois discursos o representa por uma especificação que é assimilada no sentido de coletivização. “Vocês”, para os emissores, são os eleitores, todos ali presentes ou ainda todos vocês. No caso de Olívio Dutra, o ator social “vocês” ganha uma cotação de lutadores na saudação exclamativa “Boa luta pra todos vocês!”

4º) do ponto de vista do papel social do “oponente”: embora o oponente no discurso de Olívio seja uma pessoa pressuposta como qualquer um que tenha uma política imediatista, e em Britto esse ator social tenha uma nomeação especificada subentendida por assimilação de idéia coletiva e personalizada por ser um pronome indefinido referente a pessoas que no discurso se apresenta substantivado em “os outros”, ambos os discursos preferem ser bastante discretos quanto à atenção ao seu oponente. Mas como no discurso de Olívio ele

aparece efetivamente apenas por uma marca vocabular que o identifica na superfície do texto pela pressuposição da negação, pode-se dizer que para o receptor desatento ou ingênuo, por quem os subentendidos nunca são interpretados, o candidato petista tenha excluído o candidato oponente numa atitude totalmente indiferente. Dessa forma, para esse receptor nem existirá o oponente como ator social. Já em Britto, como a pressuposição tem uma marca muito mais forte não apenas pela substantivação do indefinido como pela agência que lhe é dada e enfatizada pela repetição do sujeito paciente, como em “o João, o João...”, o grau de inclusão se especifica e personaliza muito mais do que no discurso de Olívio.

No próximo capítulo partirei de considerações gerais sobre as categorias de van Leeuwen nos discursos de Olívio Dutra e Antônio Britto para tecer algumas conclusões sobre a força ideológica do discurso, capaz de naturalizar ou desnaturalizar as práticas sociais que o constituem e representar atores sociais em papéis incluídos ou excluídos de acordo com os interesses do emissor.

CONCLUSÃO

Neste estudo o texto é visto como prática discursiva. É através dos aspectos de ordem textual somados a fatores de textualidade interpretados à luz de situações retóricas de persuasão e público-alvo do discurso dos que buscam, detêm e desejam manter o poder que procurei analisar criticamente os discursos de fechamento de campanha eleitoral dos candidatos a governador do estado do Rio Grande do Sul, Olívio Dutra e Antônio Britto, no ano de 1998.

Fundamentada na concepção tridimensional – texto, prática discursiva e prática social – proposta por Fairclough, que se baseia em aspectos lingüísticos de análise textual incluídos nos processos interpretativos e centraliza o interesse na maneira como os textos são produzidos, distribuídos e consumidos de acordo com os fatores sociais, combinei conhecimentos gramaticais de transitividade no trabalho da função ideacional, da possessivação, de fatores contextualizadores, que situam o texto no tempo e no espaço como evento discursivo, e de fatores de conexão seqüencial como a pronominalização e as pró-formas, com os aspectos de ordem semântica e de conotações implícitas, a fim de identificar as principais categorias da representação dos atores sociais, propostas por van Leeuwen, no discurso político eleitoral de partidos cuja prática social absorve ideologias de afiliações diferentes.

Para um melhor entendimento do discurso como prática social, conceitos como ideologia, hegemonia e poder ajudam a justificar a concepção dinâmica da prática discursiva. A representação própria da prática social de candidatos à eleição, no discurso político, obedece a técnicas discursivas da retórica de persuasão que investem em converter o eleitor em um aliado através do compromisso conjunto da busca do poder como tarefa imprescindível na promoção do bem comum.

No caso de um contexto menos amplo como o do discurso político-eleitoral proferido em palanques, o contato do político com seu eleitorado transmuta o discurso-monólogo para um discurso com a aparência momentânea de um diálogo, já que a palavra proferida pode ter um resultado imediato na reação do receptor. Nessa aparente situação de improviso do discurso, parece que as palavras proferidas não sofrem qualquer escolha prévia do emissor e o discurso parece brotar da emoção do momento, garantindo, assim, um contagiante entusiasmo ao eleitor.

Paradoxalmente a todo vigor do discurso político de palanques, o que se constata é que muito raramente esse tipo de discurso é transcrito para fins de análise dos processos textuais que os compõem. Isso talvez aconteça por que, na verdade, a escolha do dito não esteja apenas na palavra certa para o momento adequado, mas mais além disso, como na entonação como ela é proferida, no espaçamento temporal dado entre elas deixando que o silêncio também tenha o seu significado marcante como parte constitutiva do discurso, como também em técnicas apuradas de sinestésias. Mesmo assim, embora esses aspectos sejam importantes na constituição dos sentidos num plano mais abrangente, ainda é no discurso que o mundo significa e é significado, pois é pela palavra do candidato que a platéia espera ansiosa, que a mídia divulga suas reportagens, que os chargistas e humoristas ironizam o processo eleitoral, que o eleitorado decide o seu voto e que a sociedade é representada. Enfim, é na palavra do candidato que está a força de sua candidatura. Portanto, nesse sentido, o discurso, seguindo o pensamento de

Fairclough (1997, 91), “contribui para construir identidades sociais e a relação entre posições de sujeitos e sujeitos sociais”, apontando para a constituição do que van Leeuwen chama de categorias de “representação de atores sociais”.

Dessa forma, os atores sociais representados na prática discursiva são na prática social, conforme Gramsci, personagens de um processo de lutas no terreno político para a transformação social. Talvez seja por isso que Fairclough afirme ser a prática social, enraizada em estruturas sociais materiais e concretas, orientada pela prática discursiva, responsável pela reprodução e transformação da sociedade.

Nessa prática social da qual o discurso é parte como prática discursiva própria de candidatos a cargos eletivos, há conjuntos de atores sociais específicos que são representados pelo emissor, segundo van Leeuwen, de forma a incluí-los ou excluí-los do processo de acordo com seus interesses relacionados com a resposta que o emissor espera receber de seus receptores. Dentre essas duas maiores categorias propostas por van Leeuwen, a inclusão e a exclusão, analisadas nos capítulos anteriores, a inclusão dos atores sociais é bastante acentuada. A exclusão nos dois discursos políticos investigados não chega a suprimir o papel de um ator. Na verdade, o emissor usa subterfúgios retóricos como os subentendidos e as pressuposições, muito mais para encobri-lo como ator social do que para excluí-lo totalmente do discurso, como pode ser exemplificado pela representação do ator social oponente nos discursos do PT e do PMDB.

Note-se bem que nos dois textos analisados, tanto do candidato Olívio Dutra quanto do candidato Antônio Britto, o processo de inclusão privilegia a representação do candidato, dos eleitores e do candidato+eleitores, respectivamente como “eu”, “vocês” e “nós”, muito embora o ator social mais representativo desses processos discursivos se identifique distintamente: a representação do próprio candidato como “eu” é mais acentuada em Britto,

enquanto em Olívio a representação mais significativa é a que contempla o candidato+eleitores como o ator social “nós”.

O candidato petista como ator social, devido ao significativo número de inserções como ator social “nós”, se inclui na representação como um eleitor no universo de todos os eleitores que têm poder de transformação pelo voto, surpreendendo o eleitor quando no final do discurso esse ator social responsável pela maioria das representações se auto-exclui da prática social de “lutar” pela vitória ao desejar uma “boa luta para todos vocês!”. Aqui Olívio dessassocia o “eu” de “vocês”, se deslocando para uma posição de comando enquanto seus *soldados* vão à luta. Essa finalização parece desfazer a solidariedade do candidato nos atos anteriores. O “nós” passa a soar como a pluralidade do eu-mesmo, deixando aflorar o seu sentido majestático, que aliado às diversas possessivações contribuem através de um tom poético para projetar uma linguagem política de poder e de dominação. Esse mesmo processo acontece no discurso de Britto em relação ao ator social “eu”.

Num tom eloqüente e apelativo, o candidato do PMDB baseia sua representação como “eu” num discurso cuja ordem direta apresenta o candidato comprometido com suas raízes e com sua formação religiosa. À luz de critérios éticos firmados na tradição, Britto se diz um predestinado de Deus ao mesmo tempo em que atribui a essa divindade a responsabilidade de tê-lo feito um político. Dessa forma, o ator social “eu” se utiliza de um argumento de crença religiosa das pessoas para justificar a sua própria vontade de permanecer no poder. Esse argumento de Antônio Britto, somado à escolha verbal “eu quero” que inicia categoricamente o seu discurso, tanto quanto o tom majestático do ator social “nós” do discurso de Olívio

Dutra caracterizam formas persuasivas de autoridade velada num tipo de discurso, que por ser eleitoral e de palanque, dificilmente sofrerá ponderações contrárias.

A partir dessas constatações que os discursos nos mostram, veremos a seguir como se comportam na congruência entre prática discursiva e prática social as demais representações identificadas nos discursos em questão.

A representação dos eleitores, nos dois discursos aparece sob a forma de “nós” e “vocês”. A representação apenas como “vocês” é pequena nos dois discursos, embora reflita a intenção dos emissores da participação de todos na prática social, já que são “vocês” a justificativa do próprio discurso dos candidatos. Incluído como uma das partes do “nós”, o “vocês” geralmente sofre a força do imperativo no verbo *ir* ("vamos") reforçada em seguida pelo pronome possessivo "nossa" nas expressões "nossa indignação, nossa cidadania despertada, nossa vontade...", no discurso do candidato opositor. A vontade de transformação do emissor não é só dele, mas segundo ele, deve ser de todos (eu + vocês). Mas quem são "vocês"? Seriam todos os eleitores ou só aqueles indignados e com vontade de ver as coisas mudadas? O texto não responde e o ator social fica com a idéia generalizada de “vocês” como todo e qualquer eleitor. Essa representação no discurso do governo é um pouco maior e mais definida. Britto soma a seus agradecimentos a Deus, agradecimentos a “vocês”, “que estão me permitindo viver esta emoção”, representando assim aqueles que em campanhas anteriores votaram nele e agora “permitem”, assentindo através da presença no comício, que ele volte a concorrer para o cargo de governador. Portanto, em Britto, “vocês” é um ator mais bem definido como eleitores que no discurso de Olívio.

O processo de exclusão sintática caracteriza em parte o discurso de Olívio Dutra. Nele, a exclusão pode ser representada pela ausência de complementos

nominais freqüentemente suprimidos em expressões como "da nossa indignação" ou "de esperança". A incompletude dessas expressões exclui a objetividade e amplia devastadoramente a margem das pressuposições possíveis para uma interpretação mais precisa. A supressão de termos sintaticamente integrantes no processo textual do discurso do PT estimula a repetição e a estagnação intelectual, próprias do discurso de cartilha, que visa à reprodução.

Ainda com base em casos de supressão lingüística no discurso petista, há exclusão também de atores sociais que poderiam se tornar agentes de ações como de "ir depositar" (qualquer eleitor? todos os eleitores? só eleitores do PT?), como também de atores sociais que poderiam ter sido incluídos "na construção de um estado" em que o processo de nominalização contribui com a supressão dos atores sociais que efetivamente se comprometeriam com a atividade imposta pela abstração do ato. Essa supressão no discurso peemedebista vem para enfatizar a necessidade de se amar e respeitar a terra e o povo gaúcho, reiterando a base discursiva na tradição.

Quanto ao agenciamento, van Leeuwen ressalta a importância do papel do ator social em relação a ser agente ou paciente de uma determinada prática social em congruência com o papel gramatical que irão ocupar na prática discursiva. Em ambos os discursos analisados o processo de inclusão ativa é maior que o apassivamento dos atores sociais. Mas deve ser ressaltada no discurso de Olívio a forma aparentemente excluída do ator-oponente. Olívio, na elaboração de seu discurso, deixa que se descubra o que há de persuasivo em cada caso, e oferece ao intérprete o trabalho de desvendar a importância para Olívio do candidato concorrente. Essa importância está em representar de forma indefinida o ator social oponente como a negação de tudo que será feito por Olívio, enquanto que no discurso de Britto o oponente é incluído de forma ativa pela representação de "os outros" e caracterizado como pessoas agressoras.

Essas duas práticas discursivas reproduzem a mesma prática social. Candidato e seus aliados são sempre os melhores e os concorrentes são sempre os opostos em idéias ou em atitudes. Não há meio termo: o discurso do PT exclui por encobrimento aquele que ele mesmo tenta negar; o discurso do PMDB tenta caracterizar pejorativamente aquele que ele mesmo agride com a caracterização.

Essa alternância discursiva não modifica o funcionamento do discurso na prática social, porque são dois discursos, em tese, ideologicamente diferentes, mas que representam os mesmos atores sociais no papel de inclusão e de exclusão. Posicionam o eleitorado como atores de segunda categoria no sentido de inclui-los através de uma especificação coletiva que às vezes os impersonaliza pela abstração de atos comuns. Nos dois discursos o eleitorado são vocês, todos vocês acentuando a distância entre “eu” e “vocês”. Dessa forma, o candidato-emissor reproduz um já outro discurso, pré-construído segundo Pêcheux, em que a hierarquia de importância entre o candidato e o eleitorado sempre foi acentuada. A imagem deixada no discurso petista de que o ato de lutar é dever de “vocês” constitui, além da metáfora bélica já mencionada anteriormente, uma metáfora paralela que pode ser a do autoritarismo. O certo é que a metáfora autoritária é fruto da ânsia do poder e, como os discursos em questão são eminentemente políticos quanto a sua natureza específica, também no discurso de Britto foram encontradas marcas que se investem do caráter impositivo do autoritarismo.

Quanto às demais categorias de inclusão, o mais comum nesses discursos políticos é a representação do ator social especificado por assimilação coletiva no papel de agente do processo numa dada ação: em Olívio, “nós temos um projeto, “nós semeamos”, “Boa luta pra todos vocês!”; em Britto, “eu quero”, “vocês permitam”, “nós assinamos”; entre outras agências.

Em geral, ambos os discursos representam os atores sociais de forma personalizada, determinando-os na maioria das vezes por categorias que os posicionam no discurso como emissor e receptores, técnica que é própria de um comício, onde as pessoas vão para assistir a um espetáculo em que o centro das atenções é voltado para a fala de um candidato a um cargo eletivo, ao mesmo tempo em que este candidato promove o evento para “discursar”. E aqui o discurso assume uma linguagem menos reflexiva, muito menos informativa e muito mais expressiva. Mesmo assim, nesse discurso, embora só o candidato fale, se dá a interação entre falante e ouvinte e o processo interpessoal que resulta na identificação da representação dos atores sociais se desvenda e o eleitor passa a reconhecer no discurso do convencimento a verdadeira posição de sujeito que lhe caberá na prática social daquele candidato. Talvez seja por isso que não caiba nos discursos representações sociais que sejam indeterminadas para o eleitor, ou até mesmo representações que generalizem ou impersonifiquem os atores, pois o discurso ficaria vago e impreciso, e o receptor não veria com clareza a posição interpessoal do candidato.

Este é, naturalmente, o momento para se questionarem as diferentes práticas de política social através da identificação do papel dos atores sociais nos discursos analisados.

O PT, Partido dos Trabalhadores, através Olívio Dutra seu candidato a governador do estado do Rio Grande do Sul, nas eleições de 1998, concorre como oposição ao governo do então governador Antônio Britto, representante do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, à reeleição. Portanto, pela lógica, o primeiro candidato representaria a mudança e o segundo representaria o continuísmo da classe dominante. O primeiro deveria lutar pela posse e o segundo pela manutenção da posse. O que ficou claro nessa análise é que a luta pelo poder é produzida, reproduzida ou transformada no discurso, de acordo com o interesse de

naturalizar ou desnaturalizar os eventos discursivos. Os dois discursos expressam sua percepção de situação e sua prática política numa linguagem que visa à obtenção do poder, da autoridade, da dominação. Utilizam-se dos mesmos atores sociais básicos num discurso eleitoral. O emissor é o candidato, os receptores são o eleitorado e, de forma indeterminada ou não, a presença de um outro como oponente no discurso é admitida pelos processos implícitos. Os papéis que os atores sociais representam na prática discursiva desses dois candidatos ao cargo de governador de estado, gramaticalmente se equivalem pela escolha das mesmas anáforas, ou ainda pelo tratamento especificado através da assimilação coletiva dado àqueles atores que funcionam como grupo como é o caso de “vocês”. Mas aqueles cujas práticas sociais postulam a obtenção de um cargo através do voto popular na prática discursiva são representados de modos diferentes.

Como se viu, a representação do emissor de forma mais incluída e mais ativa no discurso de Olívio Dutra é dada pelo “nós” e no discurso de Britto é dada pelo “eu”, o que em tese poderia assinalar para uma representação mais democrática do primeiro e mais autoritária do segundo. Não obstante, pela análise feita no decorrer deste trabalho, mostrei que o “nós” petista é tão possessivo quanto o “eu” do concorrente possa caracterizar a prepotência em algumas passagens.

Na verdade, os discursos aqui analisados mostram-se parecidos pela natureza constitutiva que os postulam como mais ou menos democráticos e mais ou menos autoritários. Mas são distintos no que se refere ao produto final de significado. No discurso do candidato Olívio Dutra o processo de persuasão é elaborado numa retórica de subjetividade, pois os conceitos são mais subjetivos ou mesmo vagos e a idéia de posse é muito acentuada, embora proponha através da metáfora bélica, de significação autoritária, uma mudança urgente de uma prática social acomodada com a situação para uma outra prática social inovadora. Já no discurso de Antônio Britto, o candidato recapitula sua vida, evoca forças transcendentais, se mostra predestinado para a ação de gerir e exalta valores tradicionais de consenso para uma prática social saudável como a confiança e a credibilidade no processo político dos conflitos partidários. O discurso, numa linguagem mais objetiva do que a do seu concorrente, segue a linha ideológica convencional baseada no poder de forças como Deus, família e propriedade e

deixa evidente o objetivo da manutenção da ordem vigente, caracterizando-se pela reprodução.

Assim, embora pertencentes a partidos e coligações políticas com ideologias gerais diferenciadas, os candidatos Olívio Dutra e Antônio Britto utilizam estratégias discursivas bastante semelhantes, demonstrando a força da prática social (comício de final de campanha) na tipologia textual e na construção do discurso político eleitoral.

Essa constatação vem ao encontro da minha suposição inicial de que os discursos políticos eleitorais, num grau velado de autoritarismo, manipulam a escolha do eleitorado que, na maioria das vezes, inconscientemente, se compromete com a sustentação de uma dada ideologia, quando num processo democrático o candidato a um cargo político deveria fazer uso da palavra para proteger e lutar pelos interesses comuns da sociedade que o elegeu como representante legal num sistema cuja finalidade deveria ser aquela que determina a própria etimologia da palavra democracia, ou seja, poder para o povo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de Estado*. 7ª edição. Tradução Valter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Graal, 1998.
- AUTHIER-REVUZ, Jaqueline. *Palavras incertas. As não-coincidências do dizer*. São Paulo: UNICAMP, 1998.
- _____. *Heterogeneidade(s) enunciativa(s)*. Trad. C. M. Cruz e J. W. Gerald. Cadernos de Estudos Lingüísticos. Campinas, 19: 25-42, 1990.
- ARISTÓTELES. *Arte Retórica e Arte Poética*. Livro I, cap. II. São Paulo: Tecnoprint, 1983.
- ARISTÓTELES, 384-322 A.C. Tópicos; Dos tópicos sofísticos/ Aristóteles; seleção de textos de José Américo Motta Peçanha; tradução de Leonel Vallandro e Gerd Bornheim da versão inglesa de W. A. Pickard. Vol. I. São Paulo: Nova Cultural, 1987. (Os pensadores)
- ARISTÓTELES, 384-322 A.C. Ética a Nicômaco; Poética/Aristóteles; seleção de textos de José Américo Motta Peçanha; tradução de Leonel Vallandro e Gerd Bornheim da versão inglesa de W. D. Ross; Vol. I I. São Paulo: Nova Cultural, 1987. (Os pensadores)
- BARTHES, Roland. *Mitologias*. 9ª edição. Tradução Rita Buongiorno e Pedro de Souza. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.
- BRISOLARA, Oscar Luiz. *Análise do discurso político: análise comparativa entre o discurso político clássico, grego e romano e o brasileiro de contemporaneidade*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PUCRS, 1992.
- BUARQUE DE HOLLANDA, Heloisa. (org.). *Pós-modernismo e política*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- CALDAS-COULTHARD, Carmem Rosa & COULTHARD, Malcolm (orgs.). *Texts and Practices: Readings in critical discourse analysis*. London: Routledge, 1996.

- CAMPBELL, Karlyn Kohrs. *The rhetorical act*, Belmont, Cal., Wadsworth, 1982.
- CHAUÍ, Maria Helena. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 1994.
- CHRISTOFOLETTI, Rogério. *O discurso da transição: mudança, ruptura e permanência*. Itajaí: Univali, 2000.
- CITELLI, Adison. *Linguagem e persuasão*. São Paulo: Ática, 1998.
- CRUZ, Antônio. *Janela estilhaçada: a crise do discurso do novo sindicalismo*. Pelotas: Vozes, 2000.
- DALLARI, Dalmo de Abreu. *O que é participação política*. São Paulo: Brasiliense, 1999. (Coleção Primeiros Passos – 104)
- DUCROT, Oswald. *Princípios de semântica lingüística*. São Paulo: Cultrix, 1983.
- FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Tradução de Izabel Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.
- FERREIRA, Maria Cristina Leandro. *Da ambigüidade ao equívoco: a resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso*. Porto Alegre: UFRGS, 2000.
- FOWLER, Roger. On critical linguistics. In: Caldas-Coulthard, C.R. e Coulthard, M. (orgs.). *Texts and practices*. Londres: Routledge, 1996.
- FOWLER, R.; HODGE, B.; KRESS, G. e TREW, T. *Language and control*. Londres: Routledge, 1979.
- HALLIDAY, Tereza Lúcia (org.). *Atos retóricos: mensagens estratégicas de políticos e igrejas*. São Paulo: Summus, 1988.
- HALLIDAY, Tereza Lúcia. *Atos retóricos: discurso e circunstâncias*. In: HALLIDAY, Tereza Lúcia (org.). *Atos retóricos: mensagens estratégicas de políticos e igrejas*. São Paulo: Summus, 1988, p. 121-130.
- HARNECKER, Marta. *Tornar possível o impossível: a esquerda no limiar do século XXI*. Tradução José Colaço Barreiros. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

HEBERLE, Viviane. Análise crítica do discurso e estudos de gênero. Subsídios para a leitura e interpretação de textos. In: Fortkamp, M.B.M. & TOMITCH, L.M.B. (orgs.). *Aspectos da Lingüística Aplicada*. Florianópolis: Insular, 2000, p. 289-316.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (org). *Pós-modernismo e política*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992. [

[S3] Comentário: Completar

INDURSKY, Freda. *A fala dos quartéis e outras vozes*. Campinas: UNICAMP, 1997.

____. *Da anáfora textual à anáfora discursiva*. Campinas: UNICAMP, 1997.

KOCH, Ingedore G. Villaça. *Argumentação e linguagem*. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

____. *A inter-ação pela linguagem*. São Paulo: Contexto, 1998.

KRESS, Günther e HODGE, Robert. *Language as ideology*. Londres: Routledge, 1979.

LACLAU, Ernest. A política e os limites da modernidade. In: Hollanda, Heloisa Buarque de. (org). *Pós-modernismo e política*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992. [

[S4] Comentário: Completar

LAGUNILLA, Marina Fernández. *La lengua en la comunicación política I: El discurso del poder*. Madrid: Arco/Libros, S. L., 1999.

____. *La lengua en la comunicación política II: La palabra del poder*. Madrid: Arco/Libros, S. L., 1999.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Lingüística do texto: o que é e como se faz*. Série Debates 1. UFPE: Recife, 1983.

[S5] Comentário: Ver primeiro nome

ORLANDI, Eni Puccinelli. *A linguagem e seu funcionamento*. 4ª ed. Campinas: Pontes, 1996.

____. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 2ª ed. Campinas: Martins Pontes, 2000.

OSAKABE, Haqira. *Argumentação e discurso político*. 2ª ed. Campinas: Martins Fontes, 1999.

PÊCHEUX, Michel. *O discurso. Estrutura ou acontecimento*. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Pontes, 1997.

_____. *Semântica e discurso. Uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: UNICAMP, 1997.

PEDRO, Emilia R. (org.). *Análise Crítica do Discurso: uma perspectiva sociopolítica e funcional*. Lisboa: Caminho, 1997.

PLATÃO. Górgias. São Paulo: Melhoramentos, 1970.

SEMERARO, Guilherme. *Gramsci e a sociedade civil*. Petrópolis: Vozes, 1999.

SANTOS, Maria José. Discurso de posse: "Vez e voz de um governador". In: Halliday, Tereza Lúcia (org.). *Atos retóricos: mensagens estratégicas de políticos e igrejas*. São Paulo: Summus, 1998.

THOMPSON, John B. *Ideologia e Cultura Moderna*. Petrópolis: Vozes, 1998.

TODOROV. Tzvetan. *Theorias do símbolo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

VAN DIJK, Teun. *Cognição, discurso e interação*. São Paulo: Contexto, 1999.

_____. *Discourse, power and access*. In: Caldas-Coulthard, C.R. e Coulthard, M.. (eds.). *Texts and practices*. Londres: Routledge, 1996.

VAN LEEUWEN, Theo. A representação dos actores sociais. In: Pedro, Emília (org.). *Análise Crítica do Discurso: uma perspectiva sociopolítica e funcional*. Lisboa: Caminho, 1997, p. 169-222.

Revista Veja, Editora Abril, ano 33, n° 41, 11/09/2000

Revista Veja, Editora Abril, ano 34. n°

34, 04/07/2001 Revista Isto É, Editora Três, n° 1622, 1º/11/2000

ABSTRACT

One of the ways through which a democratic society is legitimated lies in the freedom of its citizens' choice. In this context, the political practice promotes a dispute for the voter's vote and the speech uttered in public assemblies it is constituted in an important event for the investigation of the techniques of the persuasion rhetoric.

As part of this process, the manner in which the social actors are introduced in the speech contributes to discover the operation of the underlying ideology to the concrete elements of the language.

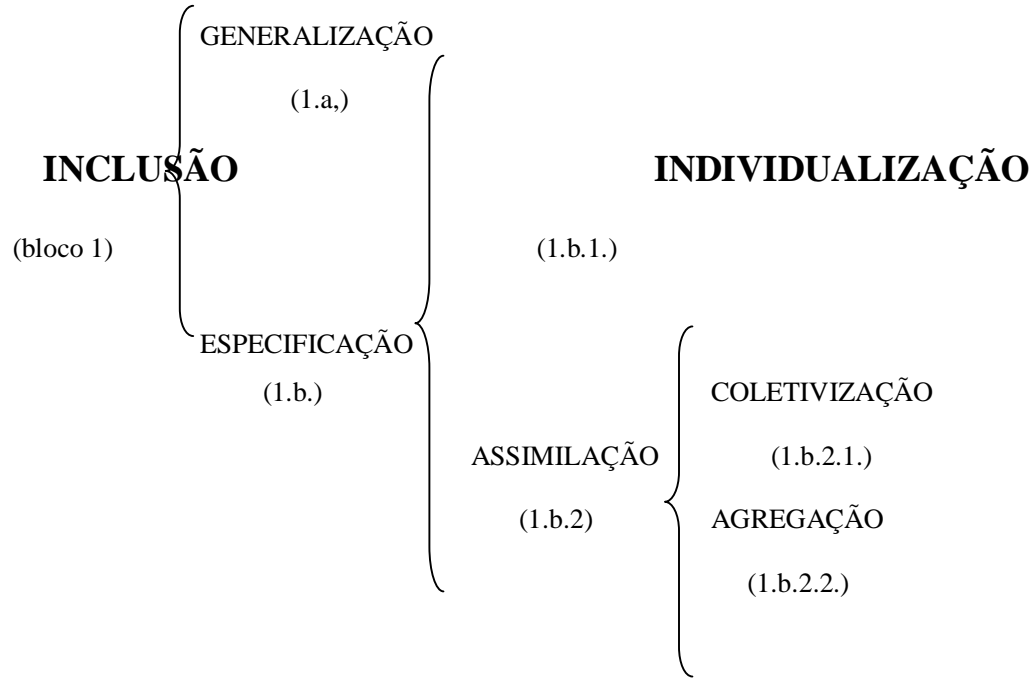
The present work investigates the speeches uttered in assemblies of electoral campaign end of Olívio Dutra and Antônio Britto, candidates to the government of Rio Grande do Sul State, in 1998.

Based on the three-dimensional analysis – text, practice makes speeches and social practice – proposed by Norman Fairclough (2001), the work examines linguistic and extra-linguistics aspects of the two texts, especially in what concerns categories of the social actors' representation presented by Theo van Leeuwen (1997).

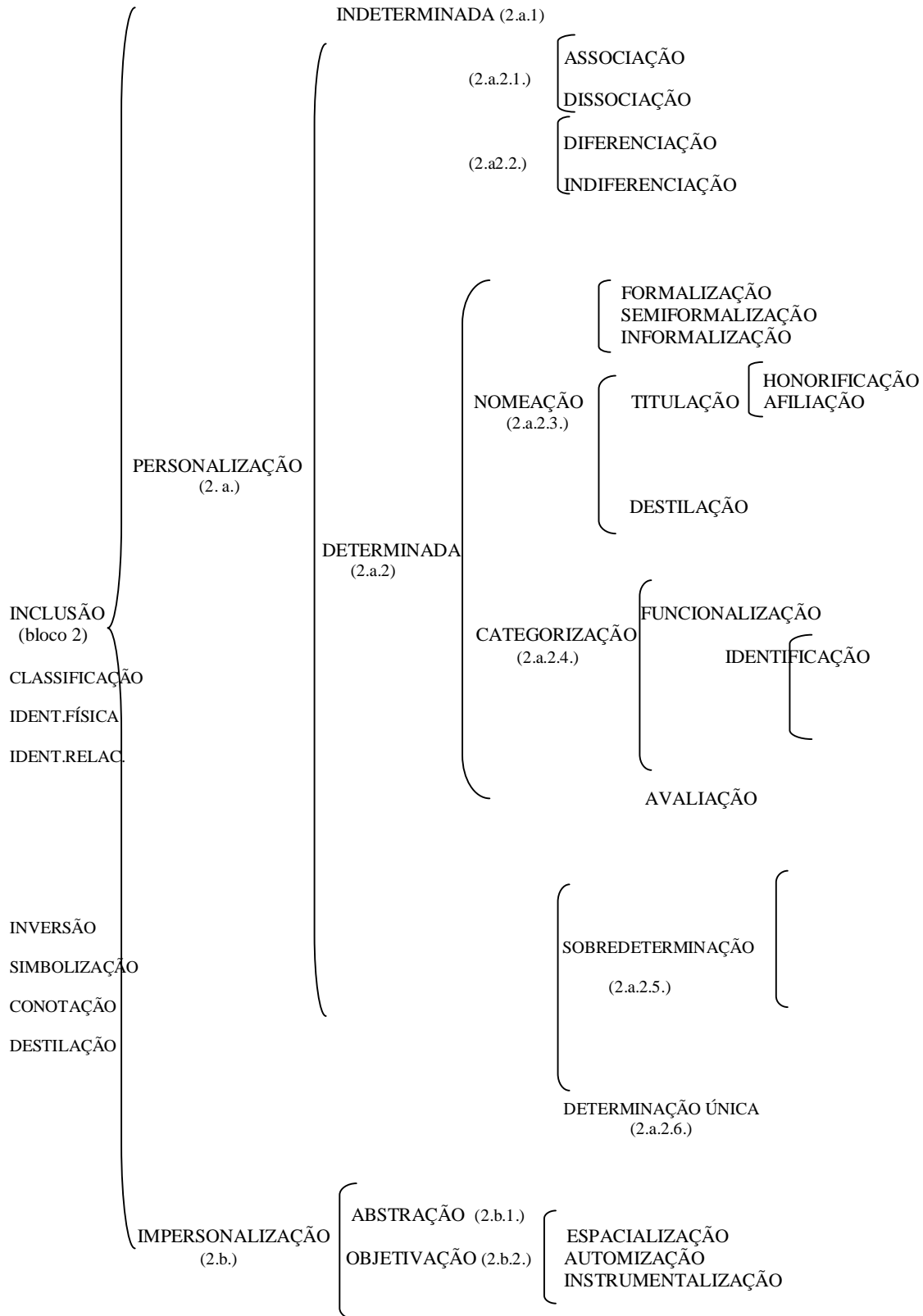
The examination of such categories in the political campaign speeches is intended to reveal the ideology involved in a discursive practice, which seeks to transform or maintain political power.

A N E X O S

BLOCO 1 - Inclusão dos atores sociais:



BLOCO 2 da inclusão dos atores sociais:



SOMATIZAÇÃO

A REPRESENTAÇÃO DOS ATORES SOCIAIS NO DISCURSO CATEGORIAS ESCOLHIDAS NA REDE DE SISTEMAS DE VAN LEEUWEN

